

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PENSAMENTO DA GRÉCIA CLÁSSICA**

Rui Ribeiro de CAMPOS*

INTRODUÇÃO

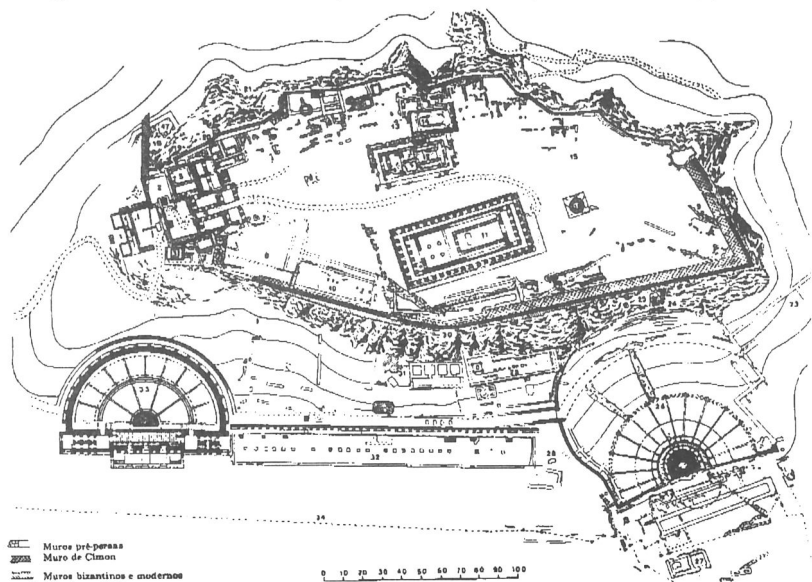
O Sol é uma presença constante na paisagem grega, paisagem cercada pelo mar mas pobre na maioria de seus solos, pedregosos e rasos. Se sua pedologia dificulta os frutos da terra, sua sociedade nos legou os do espírito. Foi da Grécia (Hellas) clássica que vieram os fundamentos da civilização ocidental, tanto na medicina e no atletismo como na filosofia e na política. Do alto da Acrópole, vinte e cinco séculos nos contemplam.

Nela fica o Pártenon, consagrado à deusa da sabedoria (Atena), nascida da frente de Zeus e que é protetora da cidade. Se prestarmos atenção na Acrópole, podemos encontrar Fídias, seu decorador e autor de várias esculturas ali existentes. No teatro de Atenas, está presente Agatarcus que, ao criar uma ilusão de distância entre a platéia e os atores, acabou por desvendar os princípios básicos da perspectiva, que serão redescobertos bem mais tarde pelos renascentistas italianos. (Em Epidauro, o arquiteto Policleto, o Moço, construiu, no século IV a.C., um grande teatro com uma acústica perfeita.)

(*) Professor do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas - ICH. PUC-Campinas.

(**) Publicado originalmente na revista **Abchétypon**. Rio de Janeiro. Faculdade Candido Mendes, ano 3, nº 7, 1994, p. 26-68. Para esta publicação foram introduzidas algumas alterações.

Ali se encontram estrangeiros escrevendo a história das “Guerras Persas”, como Heródoto, e até generais que são historiadores, procurando realizar uma análise não só militar dos acontecimentos, como Tucídides em sua “Guerra do Peloponeso”. Vagueiam figuras errantes, acolhidas por Atenas, espécie de goliardos da época, “mestres da sabedoria”: os sofistas; entre eles, Protágoras, com seu humanismo radical (“O homem é a medida de todas as coisas”), e Hípias, um dos culpados pelo preconceito que se terá em relação aos sofistas. Hípias pregava uma volta à natureza e a auto-suficiência e, enquanto fazia isso, combatia os comerciantes, plantava seus próprios alimentos e tecia suas próprias roupas. Inspirou, vinte e cinco séculos depois, jovens de uma potência política, econômica e militar, designados com um nome que deriva do inspirador: os “hippies”.



- | | | |
|------------------------------|---------------------------------|--|
| 1. porta Beulé | 12. templo arcaico de Atena | 23. muros de sustentação sobre o odeon de Péricles |
| 2. monumento de Agripa | 13. oliveira sagrada | 24. monumento de Trásilo |
| 3. templo de Atena Niké | 14. Erecteu | 25. monumentos corégicos |
| 4. propileus | 15. altar de Zeus Polieiu | 26. teatro de Dioniso |
| 5. pinacoteca | 16. templo de Roma e de Augusto | 27. templo novo de Dioniso |
| 6. estátua de Atena Prómakos | 17. esplanada da Clepsidra | 28. monumento de Nícias |
| 7. santuário de Atena Higéia | 18. Clepsidra | 29. Asclepion |
| 8. Brauronion | 19. santuário de Apoio | 30. grutas com restos pré-históricos |
| 9. muro arcaico | 20. gruta de Pã | 31. fonte |
| 10. calcoteca | 21. Aglaurion | 32. atoa de Eumene |
| 11. pártendon | 22. santuário de Afrodite | 33. odeon de Herodes Ático |
| | | 34. aqueduto |

Também se sentia melhor nos campos que na pólis o filósofo Anaxágoras, que blasfemava ao dizer que o Sol não era deus mas uma gigantesca rocha incandescente, que as estrelas cadentes eram fragmentos que se desprenderam de outros planetas, incendiando-se em virtude da velocidade de sua queda, e que todas as coisas são compostas por pequenas sementes orientadas pelo princípio de ordenação universal (*nous*). Não são sementes mas sim elementos primários, dizia Demócrito, para o qual o universo era formado por vácuo e por partículas indivisíveis: os átomos.

Sempre respondendo com perguntas, Sócrates procurava desmascarar velhas crenças, incomodando os atenienses com questões sobre a verdade e sobre o homem, até que o interromperam, dando-lhe um copo de cicuta. Platão deixou os diálogos socráticos vivos, procurando enfrentar os inimigos: ignorância e paixões, e buscando a verdade e a organização de uma cidade-Estado perfeita. Um aluno que ficou vinte anos em sua escola, resolveu ser menos idealista e mais objetivo. Fundou uma escola onde se ensinava passeando⁽¹⁾ e, em suas notas de aula (que depois viraram livros), defendeu a poesia (seu mestre Platão considerava-a vaga e sem autocontrole), utilizou a história para explicar a política e ainda lançou as bases da metafísica e de uma ciência fundada na observação. Aristóteles aconselhava, também, a “aprender o belo” a tal ponto que a verdade e a beleza se confundissem em uma única coisa.

Ali na Acrópole é possível sonhar com uma sociedade semelhante à da Atenas clássica, baseada na atividade intelectual, na criação artística e na prática política. Embora presente na civilização européia, esta Atenas não existe mais, nem na própria Grécia, um país que conheceu dominações e até governos fascistas, como o do general Ioannis Metaxas, um aliado do Eixo, algo fora do eixo do “clássico helênico” e que chegou a proibir que um discurso de Péricles fosse lido nas escolas por ser “democrático demais”. Se este general tivesse lido a fala de Péricles, relatada por Tucídides (460-396) e citada a seguir, não teria sido mais um cujo fim é o esquecimento e o desprezo:

*“E porque somos amantes do belo, embora simples em nossos gostos, e cultivamos as coisas do espírito sem prejuízo de nossa virilidade (...). E porque possuímos o poder peculiar de refletir antes de agir, enquanto outros homens tiram sua coragem da ignorância e hesitam diante da reflexão (...) digo-lhes que Atenas é a escola da Hélade (...) e que, com toda certeza, nosso trabalho é testemunhado por muitos outros; e que as poderosas manifestações do nosso poderio serão verdadeiros monumentos admirados nesta e nas outras épocas que a ela se seguirão (...) pois a tumba dos grandes homens é o universo”.*²

1. O ESPAÇO NATURAL

O objetivo da Geografia é a sociedade e sua objetivação se faz através do estudo da produção do espaço criado pelo homem, ou seja, de sua produção material, resultante de seu trabalho social e reflexo das relações sociais da sociedade que produziu aquele espaço. A análise da realidade social envolve sociedade e natureza e, por isso, estudar a natureza, visando mostrar a sua apropriação e utilização, integra o conteúdo da Geografia.

Se é errado ampliar o papel do meio físico, errado também é omití-lo. Quem amplia, esquece o papel fundamental das sociedades e de sua História; quem omite, se esquece de que o meio físico é uma das condições materiais para o processo do trabalho, pelo qual se transforma a natureza em produtos úteis, para a maioria ou para alguns, segundo a estrutura de classes. Marx e Engels, que tanto valorizaram a História, escreveram em A ideologia alemã:

“O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. (...) Toda historiografia deve partir

destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens. (...)” Os homens “começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. (...) O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.” (Marx e Engels 1984, p.27-28)

Ignorar o processo de transformação que o homem, pelo trabalho, imprime à natureza, dificulta compreender o mundo, em qualquer fase de sua história. É através do trabalho que a espécie humana convive com a natureza, transformando-a para o bem ou para o mal, refletindo na convivência com a natureza a sua própria convivência enquanto sociedade.

As características naturais da Grécia exerceram influências, maiores ou menores, ao longo da história do país. Foi muito importante a presença do mar Mediterrâneo; ele é “o centro de gravidade do mundo antigo”, a grande via de comunicação e a região das primeiras tasselocrassias européias. Sem nevoeiros e sem marés, é um mar que Homero dizia que “ri com mil bocas”. O litoral extremamente recortado, cercado pelo mar Jônico (a W) e pelo Egeu (a E), possuía mais de quatrocentas ilhas dominadas pelos gregos, sendo algumas de dimensões consideráveis, como Eubéia, Creta e Rodes. O relevo recortado das penínsulas (Balcânica, do Peloponeso) e as numerosas ilhas, aproximaram a Grécia do mar: facilidade de portos e de escoamento de produção. Foi ele a verdadeira via de comunicação, pois a compartimentação do relevo tornava difíceis as relações terrestres. O mar, que os ventos tornavam perigoso em certas épocas, era chamado pelos gregos de “ponto” (póntos).

A parte norte da península era balcânica até do ponto de vista cultural, sendo uma área parcialmente integrada ao universo da antiga Grécia; a parte sul, a península do Peloponeso (que se liga à Ática, onde fica Atenas, pelo estreito de Corinto), possuía uma paisagem mediterrânea.

O relevo, de formação geológica recente e com acentuada instabilidade, é predominantemente montanhoso, com inúmeras cadeias dificultando, não só as comunicações mas também as tentativas dos conquistadores de impor uma única ordem econômica e política a todas as diferentes regiões. As pequenas planícies aluvionais e os estreitos vales mal chegam a vinte por cento. Uma região pobre em recursos naturais, com uma superfície de terras improdutivas bem maior que a de terras cultiváveis (limitadas às planícies de aluvião); pobre em recursos hídricos, com solos predominantemente calcários, e a umidade trazida pelas chuvas é, em grande parte, absorvida pelo solo ou levada pelos ventos.

Os poucos vales eram um obstáculo à ampliação da produção de alimentos, dificultando o abrigo de grandes contingentes populacionais. Alguns autores elegem como uma das razões pelas quais a Grécia clássica tenha se constituído num conjunto de cidades-Estado, sem encontrar uma unidade política, o isolamento provocado pelas montanhas ou, no caso das ilhas, pelo mar. No século passado, na guerra da independência (iniciada em abril de 1821), os "cleftas", guerrilheiros que dominavam as montanhas, impuseram sucessivas derrotas aos turcos; durante a Segunda Guerra Mundial, descendentes desses cleftas povoaram mais uma vez as montanhas de guerrilheiros, para expulsar as tropas do IIIº Reich.

Desta maneira, o ponto de partida da civilização grega foi o estabelecimento de cidades-Estado controladoras de limitadas porções do território e que, por isso, só podiam abrigar um contingente populacional reduzido. Colaborava também para isso o fato dos rios não serem cursos d'água regulares mas sim torrenciais, não permitindo navegação, ajudando somente com depósitos aluvionais nas desembocaduras. De clima mediterrâneo no seu conjunto (com verões quentes e secos), possui uma pluviosidade decrescente do norte para o sul e do oeste para o leste (na ilha Corfu, por exemplo, o total é de 1300mm anuais e em Atenas é de 390mm). A fachada oeste, por ser exposta a ventos úmidos, é mais irrigada que a leste; esta ainda sofre no verão com os ventos quentes e secos que sopram

do norte sobre o Mediterrâneo oriental: "ánemos etésios"⁽³⁾. Atenas, nos meados do ano, possui um céu azul sem nuvens, com temperaturas médias de 27°C (com máxima de 39°C à sombra); os ventos etésios facilitam suportar esse período. A natureza se revitaliza com as chuvas de inverno, uma situação diferente da Europa não mediterrânica.

Nos tempos homéricos, a vegetação era mais espessa, as matas eram mais verdejantes. Mas já no século V a.C., a madeira era rara em Atenas. A devastação provocada pelos lenhadores, pelas queimadas dos pastores preparando novas pastagens - que incendiavam os arbustos - e pelas cabras destruindo a vegetação que nascia, fez com que a vegetação arbórea ficasse restrita a alguns pontos altos do país. Porém, há diferenças nas características naturais das diversas regiões.

Na Grécia setentrional (Macedônia e Trácia), as montanhas (prolongamento do maciço de Ródope) são mais arredondadas e as planícies mais amplas do que no restante, constituindo vales de origem sedimentar. Nesta região, o litoral egeu é plano e pouco recortado, com exceção da península Calcídica, com seus três cabos se projetando sobre o mar. Essa área é excluída da Grécia clássica.

As regiões norte-ocidentais (W da Macedônia e Épiro) possuem cadeias de montanhas paralelas à costa, sendo a mais elevada a do Pindo, que possui bosques e bom índice pluviométrico.

Na parte norte da região centro-oriental, fica a Tessália, com planícies rodeadas de montanhas (é nessa região que se localiza o Olimpo, a "morada dos deuses", com 2917m) e zonas com aspecto de estepe, cobertas de pó; invernos frios, muita chuva no outono e verão seco e sufocante nos vales - por isso a população prefere se estabelecer nas encostas. Aparece aí o vale do Tempe (nasce na cadeia do Pindo e deságua no golfo de Salônica), com grandes árvores ao lado de arbustos e vegetação rasteira, contrastando com as planícies poeirentas ao seu redor; é fruto da ação do rio Peneu que, formando um sulco entre os terrenos calcários do Monte Olimpo,

fertilizou o terreno. Fronteira norte da Grécia clássica, famosa pela criação de eqüinos, foi na época um permanente campo de batalha.

O centro-oeste (Arcanânia e Etólia) possui o aspecto montanhoso semelhante à região norte-ocidental. Entre as partes norte e média da Grécia clássica, há desfiladeiros historicamente importantes como o das Termópilas (“portas quentes”), na costa meridional do golfo de Lamia, passagem entre a Tessália e a Lócrida, onde em 480 a.C. se travou, por dois dias, um combate entre os persas e os espartanos de Leônidas.

O centro-sul (Lócrida, Fócida e Beócia - de quem diziam ser tão glutões e por isso pesados tanto no andar quanto no raciocinar), o sudeste (Ática) e o Peloponeso (“ilha de Pelops”) formam a paisagem básica da Grécia clássica: abundância de montanhas, variedade de rochas (com predomínio de calcários e mármore) e planícies dispersas; mar e terra, pastores e marinheiros. Os vales da Lócrida, Fócida e Beócia são muito quentes no verão mas expostos a ventos frios no inverno. A Ática possui um clima mediterrâneo típico. As montanhas do Peloponeso se elevam repentinamente no litoral norte (Acaia), circundam a Arcádia (vales centrais), ramificando-se até os extremos leste (Argólida) e sudoeste (Messênia), e se elevando na direção sul (Lacônia - onde fica Esparta, uma cidade sem muros: “os peitos dos soldados são os muros de Esparta”, dizia Tucídides). Nos vales interiores, o verão é quente e o inverno é frio. As zonas orientais, com chuvas irregulares e solos permeáveis, são mais secas, exceto no fundo dos vales, dependendo aí das águas provenientes dos lençóis freáticos. O fato das fontes serem raras é que as torna muito apreciadas e presentes na literatura. Em direção ao Jônico, as áreas abertas são mais úmidas e verdejantes.

As ilhas (cuja abundância facilitou a cabotagem) do Egeu são prolongamentos dos sistemas montanhosos do continente, sendo suas ilhas os pontos mais altos da região submergida com a formação do Egeu: os montes da Tessália continuam das Espórades Setentrionais até Lesbos e Quios, a Ática se prolonga na Eubéia e nas

Cíclades, e Creta, Carpathos e Rodes (limites meridionais do Egeu) são “remanescentes da antiga ligação entre o Peloponeso e a Ásia Menor”. As ilhas possuem em comum com o continente a presença marcante de áreas montanhosas, verões prolongados e quentes, regime pluvial irregular e poucos rios.

2. A FORMAÇÃO HISTÓRICA

Em muitos de seus traços, o mundo grego mais antigo se aparenta aos reinos do Oriente Próximo existentes na época, como atestam documentos dos escribas micênicos. Esse mundo é diferente quando se lê a *Ilíada*, que já fala numa civilização mais desenvolvida culturalmente. Seus heróis falavam grego e adoravam a Zeus e a outras figuras do Olimpo; parece outro mundo, mas “a religião e a mitologia da Grécia clássica arraigam-se muito diretamente (...) no passado micênico.”⁽⁴⁾

Entre 2000 e 1900, os mínios - povos indo-europeus-invadem a Grécia continental, vindos ou dos Balcãs ou das planícies do sul da Rússia. Ao mesmo tempo, chegam os hititas, também indo-europeus, na Ásia Menor (atual Turquia). Há afinidades entre os dois povos. Na Tróia VI (1900) aparece na região (Tróade - parte NW da Ásia Menor) o cavalo. Poseidon, antes de rei do mar, era um deus-cavalo. Existe todo um complexo mito sobre o cavalo, animal de muito prestígio, onde era utilizado para fins militares. O contato com Creta (onde se desenvolveu a chamada cultura minoana ou minóica - Minos era rei(s) de Cnossos) revelou aos mínios do continente (de Micenas, no Peloponeso) um modo de viver e de pensar completamente novo. A cretização do mundo micênico resultará, após 1450 a.C., numa “civilização palaciana” (o carro de guerra, puxado por dois cavalos, é, talvez, uma contribuição hitita pois o cavalo só aparece em Creta após 1450 a.C.).

O carro de guerra, cuja técnica era difícil, pode ter reforçado a atividade guerreira; e a necessidade de uma frota de carros leva

a supor um Estado centralizado e uma autoridade única. A força militar micênica permite o domínio sobre Creta (1400 a.C.); os aqueus (Acaia, parte norte do Peloponeso) tomam o lugar dos cretenses no Mediterrâneo Oriental.

A falta de dados dificulta a realização, pelos historiadores, de um quadro completo da organização social micênica. Porém, devido à existência de alguns documentos, conseguem estabelecer determinados aspectos, principalmente o de que a vida social era centralizada no palácio, possuidor de um papel religioso, político, militar, administrativo e econômico. No sistema de "economia palaciana", o rei concentrava e unificava o poder e os escribas ("classe profissional") eram os contadores. Não havia comércio privado, nem à base de ouro e prata, com a realeza regulamentando distribuição e intercâmbio. Havia uma realeza burocrática, mas a economia rural, diferente do que ocorreu no Crescente Fértil, permaneceu no âmbito da aldeia; ou seja, as comunidades rurais não possuíam uma dependência absoluta do rei e, talvez, até pudessem subsistir independente dele.

As realezas micênicas são mais uma organização militar, uma nobreza guerreira (o áanax-rei-apóia-se numa aristocracia guerreira: os homens dos carros), e o sistema palaciano "repousa no emprego da escrita e na constituição de arquivos", que forneceram as técnicas e os esquemas para a administração e permitiram um controle rigoroso do Estado sobre um território extenso. Permitiram, também, grandes aventuras em busca de metal e outros produtos que faltavam no continente. Após a queda dos aqueus, este tipo de soberania não sobrevive na Grécia; é esse conjunto que a invasão dórica destrói.

Os dórios penetraram na Grécia peninsular a partir do séc. XII a.C., se constituindo na última leva importante de imigrantes gregos. Vieram do norte por via terrestre e rechaçando os aqueus, invadiram a Tessália, se instalaram no Peloponeso e estenderam sua influência sobre o Mediterrâneo Oriental (Atenas, porém, jamais caiu

em seu poder). Isso por volta de 80 anos após a Guerra de Tróia (segundo a tradição grega), no fim da Idade do Bronze (1100 a.C.). Ao mesmo tempo, chegam à região: armas de ferro, incineração dos mortos, estilo geométrico de decoração cerâmica; contudo, não são intrinsecamente ligados à chegada dos dórios.

A invasão dórica rompe os laços com o Oriente; o mar, antes passagem, é agora barreira; a economia volta a ser essencialmente agrícola e decai o uso da mão-de-obra servil. O sistema palaciano desaba (e não mais se erguerá), os escribas e a escrita desaparecem. A escrita será redescoberta no século IX a.C., tomada dos fenícios, porém não mais para o uso do rei e sim com a função de “publicidade”, de divulgar os aspectos da vida social e política.

A queda do poder micênico e a expansão dos dórios significam uma nova idade da civilização grega: a metalurgia do ferro substitui a do bronze (cobre e estanho), a incineração em vez da inumação (enterro), a decoração geométrica na cerâmica no lugar da vida animal e vegetal (o que significa a exclusão de elementos místicos).

É a arte reduzida ao essencial, é a consciência de um passado diferente do presente e de que o mundo dos mortos (agora cremados) é separado do dos vivos, preparando Homero(s), cuja poesia tenderá a afastar o mistério no seio da própria religião.

O vocabulário da época palaciana desaparece; duas classes sociais subsistem: as comunidades aldeãs e a aristocracia guerreira. Sem o áanax, essas forças vão se chocar e é preciso buscar o equilíbrio. Desta busca, aparece uma sophia que não tem mais por

“objeto o universo da physys mas o mundo dos homens ... Os problemas do poder, de suas formas, de seus componentes, foram repentinamente colocados em termos novos.” (Vernant 1992, p.27).

Em Atenas, onde não houve o rompimento brutal da época micênica, havia rei mas ao seu lado um chefe dos exércitos

(polemarca), separando o soberano da função militar. Instituiu-se, também, o arcontado⁵ e, com isso, a arché é delegada por uma decisão humana, com confrontos e discussões (relegando a basiléia somente ao setor religioso).

Há um corpo social feito de elementos heterogêneos, de partes separadas, com funções que se excluem mas cuja fusão é necessária. Há o conflito (Eris) mas é necessária a união (philia). O gene nobiliário agoniza: a técnica do cavalo desapareceu, mas o “cavalo” ainda define a elite militar, que é também uma aristocracia da terra. Todavia, o combate (agon, agonia: momento que assinala o derradeiro combate da vida) agora é sujeito a regras. A política se transforma numa disputa oratória, na praça pública (ágora). A palavra iguala, na disputa, esta sociedade hierarquizada; concorrência só há entre iguais e o espírito igualitário se dá numa mentalidade guerreira de sua aristocracia: uma concepção agonística de vida social. A arché não é propriedade de ninguém e o Estado se desprivatiza (escapando da alçada dos gene) sendo, agora, uma questão de todos.

Tudo está depositado “no meio”, no centro. É o advento de um novo espaço social. As construções urbanas não estão mais agrupadas em torno de um palácio real fortificado.

“A cidade agora está centralizada na Ágora, espaço comum, (...) espaço público em que são debatidos os problemas de interesse geral. É a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui. No local em que se elevava a cidade real - residência privada, privilegiada - ela edifica templos que abre a um culto público. (...) Esse quadro urbano define efetivamente um espaço mental; descobre um novo horizonte espiritual. Desde que se centraliza na praça pública, a cidade já é, no sentido pleno do termo, uma pólis.” (Ibidem, p.33).

3. AS CIDADES GREGAS

Na Idade do Bronze, a região se dividia em pequenos grupos isolados, em que uma família guerreira procurava dominar a área a partir de uma fortaleza instalada num ponto elevado. Com as invasões do norte, no início da Idade do Ferro, há uma regressão. O ferro, o alfabeto, a moeda cunhada, a localização favorável ao comércio marítimo possibilitam novo desenvolvimento, que vai culminar na pólis.

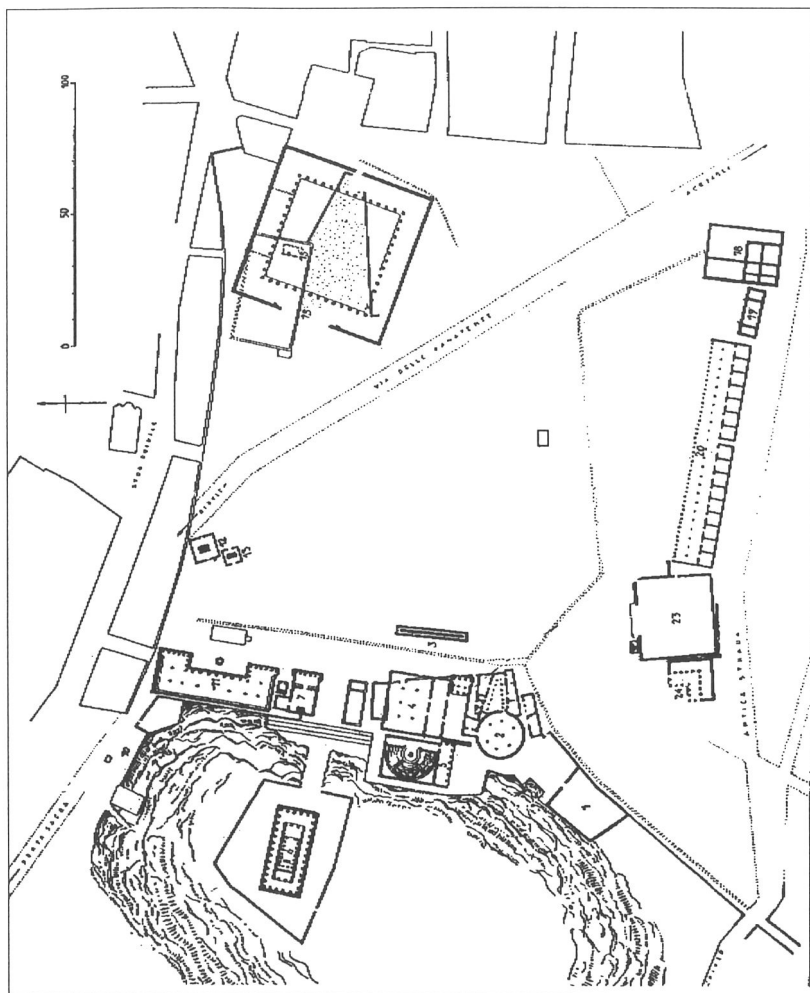
Fundar uma cidade passa a ser, também, um ato político, em que o elemento religioso ainda está presente, pois o culto comum de uma divindade será um dos fundamentos da solidariedade da comunidade civil. Também presentes elementos de natureza defensiva. A origem da cidade é numa colina, onde se refugiam os habitantes do campo para se defenderem; depois, o povoado se estende pelos sopés da colina. Passam a existir distintamente, embora formando um único organismo, a cidade alta (acrópole) e a cidade baixa (astu), onde eram desenvolvidos o comércio e as relações civis. Até o século VI a.C., a acrópole é que é normalmente fortificada; um pouco antes das guerras médicas⁽⁶⁾, muitas cidades da Jônia (litoral asiático do Egeu, entre as cidades de Mileto e Focéia) e da Grécia, constroem "muros".

A reconstrução de Mileto (destruída pelos persas em 494 a.C.) marca o aparecimento na região dos traçados urbanos ortogonais, dos quadriculados regulares, colocando no traçado urbano especulações de caráter matemático e "sobre a melhor organização política da cidade". Na Grécia continental, este traçado entra por ocasião da reconstrução de Pireu (por volta de 475 a.C.) pelo arquiteto Hipódamo de Mileto; e por isso é que o plano ortogonal, habitual nas novas cidades, passou a se chamar "hipodâmico".

Nas cidades pequenas, a ágora, onde os cidadãos se reuniam para ouvir decisões ou deliberar, era na praça do mercado; nas maiores, ela era construída para este fim num lugar ao ar livre. Se na Grécia rural a mitologia era o saber, na urbana é o saber mais racional, a filosofia.

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O PENSAMENTO DA GRÉCIA CLÁSSICA

1. o chamado Strategeion; 2. Tholos; 3. recinto dos heróis epônimos; 4. Metroon; 5. bouleutérion; 6. Heféstion; 7. templo de Apolo Patroos; 10. Horos do Cerâmico; 11. atoa de Zeus Eleutérios (Basileu) (?); 12. altar dos doze deuses; 13. recintado; 15. peristílio; 15'. tribunal; 18. casa de moeda; 19. fonte'sudeste; 20. atoa sul; 23. a chamada Heliata; 24. fonte sudoeste.



O território de uma cidade era limitado por montanhas mas podia ser ampliado através de conquistas ou acordos. Esparta chegou a dominar quase a metade do Peloponeso (8400km²), e Atenas a Ática e a ilha de Salamina (2650km²); já Tebas e Corinto possuíam uma área bem menor (1000 e 880km², respectivamente). Os gregos não pensavam na cidade somente no aspecto político ou moral; Hipócrates (460 - 377) procurou estudar os efeitos (físicos e morais) do ambiente urbano sobre os habitantes. Platão (428 - 347), em *Leis*, discute a cidade ideal, inclusive no seu aspecto material, como a escolha do sítio (desaconselhando os sítios marítimos), e opta pela inexistência de fortificações para não debilitar a coragem dos habitantes. Aristóteles (384 - 322) opta pelas fortificações, discute o sítio quanto à salubridade, abastecimento, disponibilidade hídrica (a adução é uma preocupação constante; a água era levada por aquedutos subterrâneos, desembocando em fontes públicas); defende a especialização dos bairros por funções (residencial, comercial, administrativo, etc.), um traçado das ruas segundo o sistema de Hipódamo e a existência de duas praças: uma para atividades comerciais e outra destinada à vida pública.

No período de Péricles, Atenas chegou (excluindo escravos e estrangeiros) a 50 mil habitantes, e somente três outras cidades ultrapassavam 20 mil habitantes (Siracusa, Agrigento e Argos); Esparta, por exemplo, na época das Guerras Persas possuía 8 mil habitantes. Entretanto, habitante aqui deve ser entendido como cidadão pois a população de Atenas neste período (século V a.C.) era de aproximadamente meio milhão de habitantes. Desse total, 300 mil eram escravos e 50 mil estrangeiros (metecos; grande parte ligada ao comércio); excluindo mulheres e crianças, sobravam aproximadamente 10% de "cidadãos", que por todos decidiam. Ou seja, para os atenienses a desigualdade feria a humanidade e impedia a liberdade, embora a pólis desprovesse de liberdade e de humanidade os escravos, a maioria de sua população.

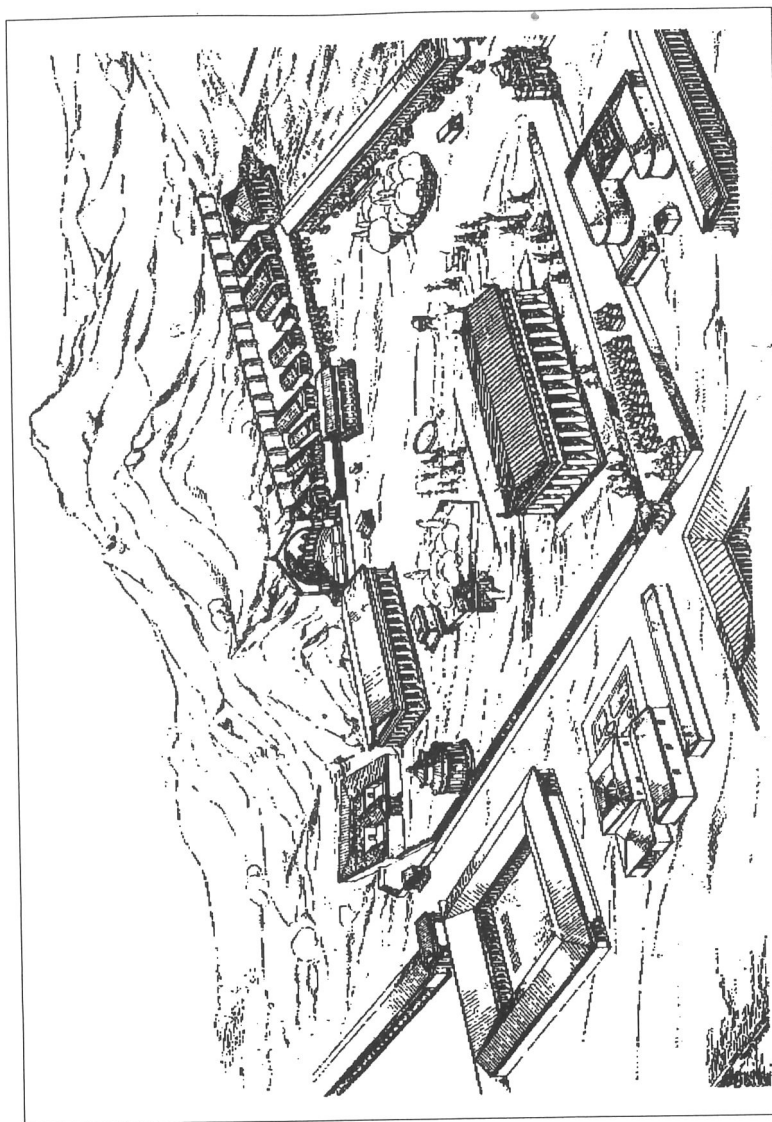
Aristóteles, em *A Política*, afirmou:

“As propriedades são uma reunião de instrumentos e o escravo é uma propriedade instrumental animada. (...) Se cada instrumento pudesse executar por si próprio a vontade e o pensamento do dono (..) os senhores não teriam necessidade de escravos. (...) Todos aqueles que nada têm de melhor para nos oferecer que o uso do seu corpo e dos seus membros são condenados pela Natureza à escravidão. É melhor para eles servir que serem abandonados a si próprios. Numa palavra, é naturalmente escravo quem tem tão pouca alma e tão poucos meios que deve resolver-se a depender de outrem. (...) o uso dos escravos e dos animais é praticamente o mesmo (...).” (apud Pereira 1992, p. 11)

Somente na Ágora ateniense é que donos e escravos se misturavam, sendo vedado ao dono bater nos seus escravos naquele local; a polícia (composta de escravos mas do Estado) podia intervir.

O ideal era uma população que permitisse a formação de um exército de guerra e que, ao mesmo tempo, não fosse tão grande que impedisse o funcionamento da assembleia. Essa própria possibilidade de um corpo social urbano com liberdade coletiva (não, necessariamente, individual) pode ser citada como um dos obstáculos à aspiração de uma unidade política; mas, ao limitar o espaço da pátria e dar a ela mais concretude, reforça os nacionalismos.

“Um pequeno território, nas encostas de uma montanha, atravessado por um riacho, escavado por alguma baía. De todos os lados, a poucos quilômetros de distância, uma elevação do terreno serve de limite. Basta subir à acrópole para abarcá-lo por inteiro com um olhar. É a terra sagrada da pátria: o recinto da família, as tumbas dos antepassados, os campos cujos proprietários a todos se conhecem, a montanha onde se vai cortar lenha, se levar os rebanhos a pastar ou se apanha o mel, os templos onde se assiste aos sacrifícios, a acrópole aonde se vai em procissão.”¹⁷

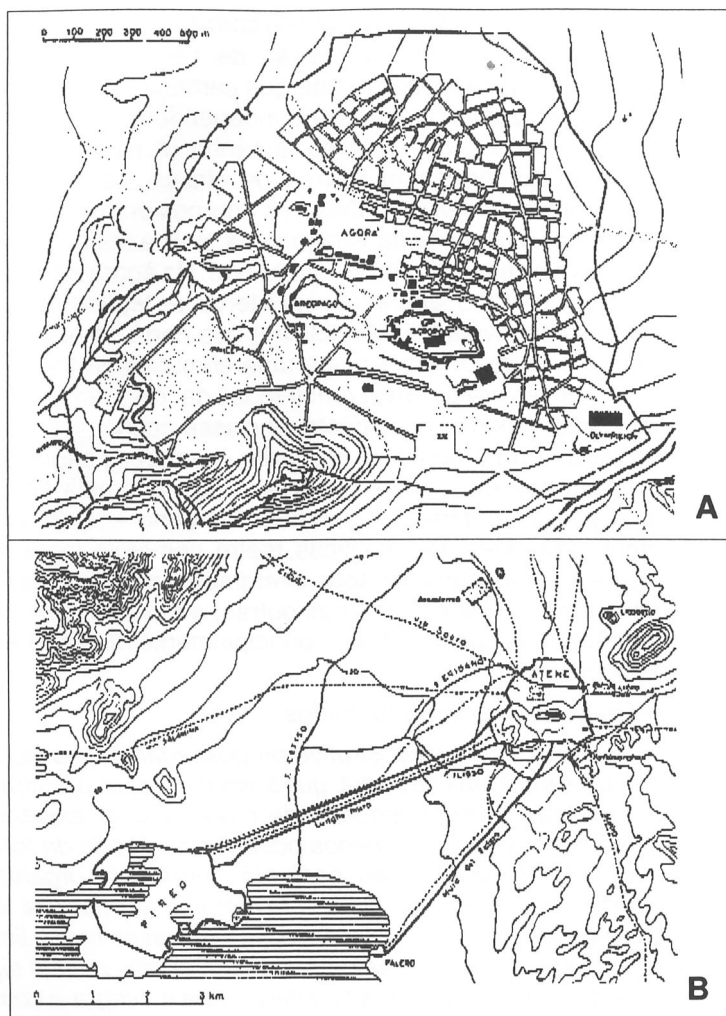


Reconstrução do recinto sagrado de Olímpia.

“Unidade, articulação, equilíbrio com a natureza e limite de crescimento” caracterizavam, na opinião de Leonardo Benévolo (1993), a cidade grega. A cidade, ainda que cercada por muros, era um todo único, sem zonas “fechadas ou independentes”; as habitações eram semelhantes, diferindo no tamanho (e não na estrutura arquitetônica) e não formavam bairros de classe, categorias ou estirpes. A simplicidade das moradias - os adornos eram raros - derivava das próprias limitações da vida privada, pois a maior parte do tempo se passava no espaço público, ao ar livre. Na ágora e no teatro (somente no século IV a.C. aparecem em Atenas os teatros de pedra construídos nas concavidades das colinas) boa parte da população podia se reunir e se reconhecer como uma comunidade (no teatro ateniense de Dionísio era possível reunir todos os “cidadãos”). Havia divisão da cidade, mas não no aspecto de classe econômica; tinha as áreas privadas - das casas de moradia -, as áreas sagradas - com os templos, que em geral se sobressaíam mais pela posição dominante e pela qualidade do que pelo tamanho -, e as áreas públicas, destinadas a reuniões políticas, teatro, comércio, jogos, etc.. As áreas públicas eram administradas diretamente pelo Estado (que também intervinha, se necessário, nas outras) e havia uma preocupação em proteger o espaço público, principalmente de empreendimentos particulares.

Os templos eram construídos

“com um sistema construtivo propositadamente simples - muros e colunas de pedra, que sustentavam as arquivoltas e as traves de cobertura - de modo que as exigências técnicas impeçam o menos possível o controle da forma. (...) A cidade, no seu conjunto, forma um organismo artificial inserido no ambiente natural, e ligado a este ambiente por uma relação delicada; respeita as linhas gerais da paisagem natural, que em muitos pontos significativos é deixada intacta, interpreta-a e integra-a com os manufaturados arquitetônicos. A regularidade dos templos (...) é quase sempre compensada pela irregularidade dos arranjos circunstanciais, que se reduz depois na desordem da paisagem natural. A medida deste equilíbrio entre a natureza e a arte dá a cada cidade um caráter individual e reconhecível.” (Benévolo 1993, p.78 e 80)



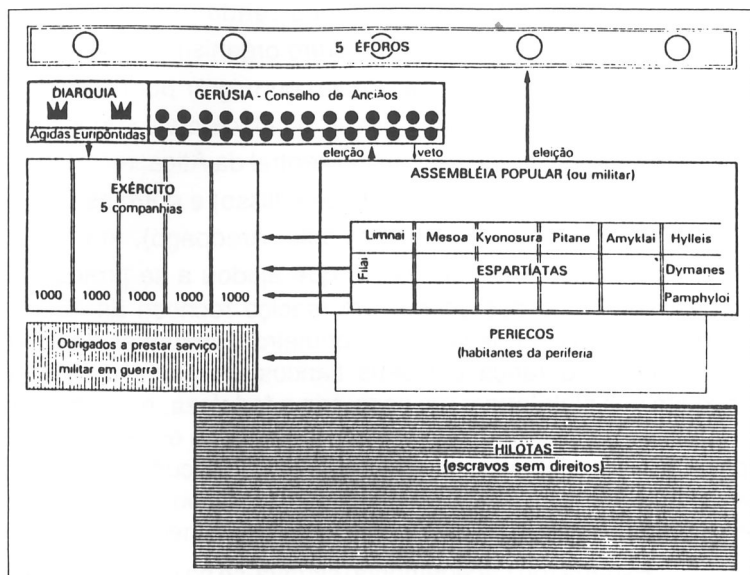
A: Planta aproximada de Atenas nos tempos de Péricles, com os bairros residenciais (em pontilhado) distribuídos ao redor dos edifícios públicos (em preto).

B. A grande Atenas do século V a.C., com os longos muros que ligam a cidade ao porto do Pireu.

O organismo da cidade vai se desenvolvendo, até um momento em que se estabiliza; ocorrendo um crescimento demográfico, prefere-se ou criar um outro organismo equivalente (a neápole em contraposição à paleópole) ou migrar para uma região distante, e não ampliar o que já existe. A cidade mais conhecida da Grécia, Atenas, que surgiu na planície central da Ática, recortada por dois pequenos rios (Cefiso e seu afluente Ilisso) e entre os quais se acham diversas colinas (Pnice, Acrópole, Areópago), era também cercada por colinas e montanhas, o que ajudou a se proteger das invasões, sobretudo dos dórios. Um maciço rochoso de 156m de altitude, a Acrópole, onde viviam os primeiros habitantes da cidade, oferecia mais segurança por seus flancos íngremes e pelo bom espaço em sua plataforma; era santuário e fortaleza, e o conjunto de monumentos de seu topo podia ser visto de todos os lados da pólis. O porto ficava a uma certa distância, para dificultar ataques de piratas; o de Atenas é o de Pireu, ligado à cidade por longos muros e que se tornou o centro do comércio do Mediterrâneo Oriental.

Esparta (ou Lacedemônia) situava-se na Lacônia, na bacia inferior do rio Eurotas, o que lhe deu acesso ao mar. Foi constituída, no séc IX a.C., pela união de cinco povoados de origem dórica, e seu nome deriva de uma planta típica da região. No seu período áureo apresentava três camadas básicas: os dórios, cidadãos espartanos (homoioi: iguais), os aqueus que habitavam a periferia (perioikis) e eram chamados de periecos, e os escravos, chamados de hilotas. Era inquieta internamente pela desproporção entre o número de cidadãos e o de periecos e hilotas e vindo daí, talvez, o fato de organizar os iguais numa "casta de guerreiros".

Nas cidades gregas, como já vimos, a inserção na paisagem original é uma característica. Até construções destruídas por guerras eram muitas vezes conservadas da maneira que ficaram, incorporando-se à paisagem urbana, mostrando a natureza e a história simultaneamente, deixando vivo o passado. O cenário urbano é uma construção humana, cercado e ainda dominado pela natureza, que o homem procura imitar. De sua visão de cosmos, tenta no cosmos urbano deduzir da natureza a construção humana.



Estrutura político-social espartana.

4. A PÓLIS E O PENSAMENTO GREGO

A derrocada do mundo micênico repercute no homem grego; o desaparecimento do rei vai provocar *“uma dupla e solidária inovação: a instituição da Cidade, o nascimento de um pensamento racional”*. No lugar do onipotente rei, o debate na ágora; em vez de *“cosmogonias associadas a rituais reais”*, um pensamento que procura *“estabelecer a ordem do mundo em relações de simetria, de equilíbrio, de igualdade entre os diversos elementos que compõem o Cosmos”*. (Vernant 1992, p.6) Essa ordem que o cosmos demonstra é a mesma que deve existir para a vida pessoal, para a cidade.

O nascer desta Razão ocorre na virada do século VIII para o VII, quando são lançados os fundamentos da Pólis e assegurado (por essa laicização do pensamento político) o advento da filosofia. A vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova. Jean-Pierre Vernant (1992) destaca três aspectos: o prestígio da palavra, a publicidade dada às manifestações sociais (o desenvolvimento de práticas públicas) e a isonomia dos cidadãos.

A palavra se transforma em divindade (Peithós: a força da persuasão) e há uma preeminência dela sobre todos os outros instrumentos de poder. Deixa de ser termo ritual e passa a ser de discussão, argumentação, contradição. A Oratória (retórica e sofística) é arte; as questões têm que ser formuladas em discurso, o logos e a política se vinculam: a arte política é o exercício da linguagem e o logos se define por sua função política.

Dá-se publicidade às manifestações importantes da vida social. Há um setor de interesse comum opondo-se aos assuntos privados. Democratização e divulgação significam que a cultura grega chega a todo demo; não mais a homérica “poesia da corte” mas agora a “poesia de festa”. Conhecimentos, valores, técnicas mentais, são levados à praça pública, são objetos de crítica e de controvérsia, e não são mais conservados como garantia do poder. Como a palavra, outro meio de divulgação de conhecimentos se torna um bem comum: a escrita; ela será o elemento de base da paidéia.⁽⁸⁾

Uma nova reivindicação surge com o nascimento da cidade: a redação das leis. Escrevê-las é subtrair a autoridade dos basileus em ditá-las; agora devem “dizer o direito”, pois este agora é regra geral. Os ensinamentos dos deuses para se tornarem verdades são primeiramente debatidos pelos Sábios (Theiós anér?) e essa ambigüidade se encontra no próprio nascer da filosofia. A filosofia,

“em seus métodos, em sua inspiração, aparentar-se-á ao mesmo tempo às iniciações dos mistérios e às controvérsias da ágora; flutuará entre o espírito de segredo próprio das seitas e a publicidade do debate contraditório que caracteriza a atividade política. (...) O filósofo não deixará

de oscilar entre essas duas atitudes, de hesitar entre duas tentações contrárias. Ora afirmará ser o único qualificado para dirigir o Estado (...) e pretenderá, em nome desse saber que o eleva acima dos homens, reformar toda a vida social e ordenar soberanamente a cidade. Ora ele se retirará do mundo para reco-lher-se numa sabedoria puramente privada, (...), e, renunciando à vida pública, buscará sua salvação no conhecimento e na contemplação.” (Ibidem, p.41-42)

Aqueles que verdadeiramente compõem a cidade são, de uma certa maneira, semelhantes entre si, semelhança esta que cria a “unidade da pólis” pois só os semelhantes podem se encontrar unidos na philia, na comunidade. No início são semelhantes (Hómoioi); depois, abstratamente, são iguais (Isoi), criando, no século VI a.C., o conceito de isonomia: “igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder” e o de isegoria: igualdade do direito à palavra na assembléia. Não mais monarquia mas isocratia.

Porém, é uma igualdade de minoria sustentada por um fundo de desigualdade: há os privados de cidadania. A existência de um sistema escravista provoca uma desvalorização do trabalho manual, do fazer, e acaba por valorizar a atividade intelectual dissociada da prática. *“A dicotomia pensar-fazer existe também da relação corpo-espírito, de onde deriva um dualismo estreitamente arraigado no pensamento ocidental, do qual somos herdeiros.”* (Ara-nha 1986, p.126)

Em Esparta há, com outro espírito, um processo semelhante; o soldado é o cidadão e vice-versa. O hoplita, pesadamente armado, combatendo em linha (como uma falange) tira as prerrogativas dos hippeis : todos os que podem comprar o seu equipamento estão no mesmo plano que os possuidores de cavalos. Isso significa a democratização da função militar, a desvalorização do herói homérico, da façanha individual: a batalha é ombro a ombro. Até na guerra, a Eris (desejo de triunfar sobre outrem) deve submeter-se à Philia (espírito de comunidade). Ilustrativo é o caso citado por

Heródoto do soldado Aristodamo. Único sobrevivente dos trezentos comandados por Leônidas nas Termópilas e sentindo-se desonrado por isso, luta bravamente, realiza façanhas admiráveis e encontra a morte na batalha de Platéia⁽⁹⁾. Mas os espartanos não lhe deram um funeral de herói pois combatendo alucinadamente, havia abandonado seu posto.

É o mesmo espírito de rejeição a atitudes aristocráticas anteriores que faz a cidade rejeitar a ostentação, o luxo, a glória particular, etc., pois suscitam desigualdades, inveja; i.é., dividem as cidades. Em Esparta, uma cidade de hoplitas, essa nova mentalidade é levada, nos séc. VII e VI a.C., pelo fator militar. Entretanto, é uma cidade que se fecha ao exterior, negligencia as letras e as artes, permanecendo fora das grandes correntes intelectuais. Reconhece a supremacia da lei e da ordem por ter-se orientado para a guerra. A palavra não será o grande instrumento político e nem adotará forma de discussão, de argumentação, de refutação. No lugar de peithó (força de persuasão) o poder de phobos (do temor). Por isso a filosofia e o pensamento gregos nada devem à Lacônia.

Mas o caminho para atingir a “democracia ateniense” não foi fácil. No fim do século VII e no VI a.C., há uma crise de ordem econômica, fruto da retomada e desenvolvimento dos contatos com o Oriente e de um crescimento demográfico gerando problemas de abastecimento. Isto provoca uma expansão à procura de terras, alimentos e metais; estes aumentam sua circulação na Grécia do séc. VII, provocando ostentação de riqueza pela aristocracia, concentração fundiária e avassalamento, fermentos da divisão da sociedade grega.

Tal situação passa a exigir reformas para restabelecer o equilíbrio, a “igualdade”. Disso resulta a elaboração das noções fundamentais de uma nova ética e o nascimento de uma reflexão moral e política de caráter laico, que encara de maneira positiva os problemas do mundo humano. Universaliza a condenação ao crime e, assim, o homicídio deixa de ser uma questão privada. É um Direito que se inicia, com um certo clima religioso, de uma consciência

comunitária, de quebra de particularismos. “A ética era uma estética da existência com base na beleza do cosmos.” A posterior inserção na realidade social vai laicizar a vida pública.

A efervescência religiosa prepara também uma “reflexão moral, orientada por especulações políticas”. O temor da impureza (o ideal místico de uma vida isenta de todo o contato sangrento leva à legislação sobre o homicídio), o ideal de austeridade (que gera a reação ao luxo e à insolência dos ricos), etc., levam a um novo conceito de virtude (areté), que se despoja de seu aspecto “guerreiro”. Ela agora é fruto de um longo e penoso exercício espiritual (áskesis), não para “sair deste mundo”, mas para agir na vida social.



Duas óstracas, isto é, fragmentos de barro usados nas votações para o exílio (ostracismo) de Temístocles e de Aristides.

Fausto, moleza, riqueza, etc., são condenados devido às suas conseqüências sociais — ódios e divisões, e um estado de “parada” (stasis) na cidade — pois a riqueza não possui limites. E saciedade (koros), ultraje (hybris), desejo de possuir mais do que os outros (pleonexia) caracterizavam a aristocracia da Idade do Ferro. Em seu lugar é necessária a sophrosyne (a virtude do justo meio), caracterizada pela temperança, bom senso, equilíbrio de forças contrárias; é a valorização do ponderado, do mediador, virtudes típicas da classe média. *“Redigi, dirá Solon, leis iguais para o kakós e para o aghatós, fixando para cada um uma justiça direita.”* (Vernant 1992, p.60)

É a lei no lugar do rei; é a justiça (dike) e a moderação (sophrosyne) descendo do céu e se instalando na ágora. Mas a moderação implica numa certa tensão entre elementos opostos: as paixões e a prudência refletida. Os meios para a calma, o equilíbrio, o controle são músicas, cantos, danças, ritos purificatórios.

“Essas técnicas formam uma paidéia que não tem valor somente no nível dos indivíduos. Realiza neles a saúde, o equilíbrio; torna suas almas ‘continentes’, mantendo em sujeição a parte que é feita para obedecer mas ao mesmo tempo adquire uma virtude social, uma função política : os males de que sofre a coletividade são precisamente a incontinência dos ricos, o espírito de subversão dos ‘maus’. Fazendo desaparecer um e outro, a sophrosyne realiza uma cidade harmoniosa e concorde , onde os ricos, longe de desejar sempre mais, dão aos pobres o que lhes sobra e onde a massa, longe de entrar em revolta , aceita sumeter-se àqueles que, sendo melhores, têm direito a possuir mais.” (Ibidem, p.63)

Ao sair das seitas, a “moderação” deixa de se preocupar com a salvação individual e passa a se preocupar com a salvação da cidade, situando o problema moral em seu contexto político: sem igualdade (isotes) não há cidade porque não há amizade (philia).

“A cidade forma um conjunto organizado, um cosmos, que se torna harmonioso se cada um de seus componentes

está em seu lugar e possui a porção de poder que lhe cabe em função de sua própria virtude. (...) Onde se encontra então a igualdade? Ela reside no fato de que a lei, que agora foi fixada é a mesma para todos os cidadãos e que todos podem fazer parte dos tribunais como da assembleia.” (Ibidem, p.65-66)

A própria criação da moeda (do Estado e garantida pela Cidade) é o confisco de um privilégio aristocrático. A medida justa vem para conciliar desigualdades, não pela sua eliminação mas permitindo uma preponderância de um sobre outro, sem excessos. “A igualdade realizada permanece proporcional ao mérito.” (Ibidem, p.69)

Com a cidade, nasce a filosofia e a lei, e com esta a democracia. Apesar de restritiva, a democracia da pólis permitiu criar direitos, pois com liberdade é possível inventar o que não existe, o novo. E o advento da filosofia marca o declínio do pensamento mítico e o início de um saber de tipo racional.

Este saber, na Grécia, surge no séc. VI a.C., na jônica Mileto, com Tales (c. 624-526), Anaximandro (c. 610-545) e Anaxímenes (c. 585-528). A natureza é objeto de uma investigação sistemática e desinteressada; eles propõem explicações sobre a origem do mundo, ordem, fenômenos meteorológicos,... livres das teogonias e cosmogonias antigas. Mas nada existe que não seja natureza (physis): ela é uma só e, por isso, há uma só temporalidade. Assim, o cotidiano torna “o original e o primordial” inteligíveis, mostrando os modelos de como o mundo se formou e se ordenou.

Sua física ignora a experimentação; não procura leis na natureza e sim interrogar “*com o mito, como a ordem foi estabelecida, como o cosmos pode surgir do caos*” (Ibidem, p.75), utilizando, porém, um vocabulário profano. Com os milésios,

“a origem e a ordem do mundo tomam a forma de um problema explicitamente colocado a que se deve dar uma resposta sem mistério, ao nível da inteligência humana, suscetível de ser exposta e debatida publicamente”

(Ibidem, p.77), como um saber dessacralizado. Mas é um mundo da natureza, ordenado segundo um modelo mais geométrico, a partir de noções que o pensamento moral e político tinha elaborado.

As preocupações destes pensadores, na busca de uma racionalidade do universo, levaram à elaboração de uma cosmologia, e não mais de uma cosmogonia, que era o que ocorria nos relatos míticos. Como da confusão (caos) surgiu um mundo ordenado (cosmos)?

“Enquanto na Teogonia, Hesíodo procura a arché como gênese, como origem, genealogia do mundo e dos deuses, os pré-socráticos procuram o princípio, não como início, o que antecede no tempo, mas como fundamento do ser. Quando perguntam ‘Qual é a arché?’, estão procurando o elemento constitutivo de todas as coisas.” (Aranha 1986, p.36)

Por isso é que, na revolução intelectual realizada pelos milésios, é muito significativa a obra de Anaximandro (c. 610-545). A arché agora é physis, gênese, origem, fonte. Perguntam de onde e por que caminho o mundo veio a ser. Daí a importância das preocupações de ordem astronômica, de aspecto geométrico (e não mais aritmético) e profano (e não uma religião astral). A geometrização do universo físico é o abandono da explicação com base na analogia ao mito; é o aparecimento de uma nova forma de pensar e de explicar.

Anaximandro coloca a Terra, imóvel, sem suporte (porque está a igual distância de todos os pontos da circunferência celeste e não tem razão para ir para cima ou para baixo ou para os lados), no centro do Universo. A Terra não cai, e nem o homem, porque todos os raios de um círculo são iguais e, por consequência, nenhuma porção do mundo pode dominar as demais. Há uma lei de equilíbrio: igualdade e simetria compõem o cosmos; há uma isonomia na natureza que deve existir também na cidade. No ápeiron (o princípio e o elemento primordial das coisas) os elementos se definem por sua oposição mas nenhum domina, não há uma ordem hierárquica; existe sim um equilíbrio.

“Se o ápeiron possui a arché e governa todas as coisas, é precisamente porque seu reino exclui a possibilidade para um elemento de apoderar-se da dynasteia. A primazia do ápeiron garante a permanência de uma ordem igualitária fundada na reciprocidade das relações e que, superior a todos os elementos, impõe-lhes uma lei comum. De resto, esse equilíbrio das potências não é de maneira nenhuma estático; encobre oposições e é feito de conflitos.” (Vernant 1992, p.89)

Alcméon (século VI a.C.), médico grego tido como o primeiro a realizar dissecações anatômicas, definia a saúde como o equilíbrio dos poderes (frio e quente, úmido e seco, etc.), sendo a doença fruto do domínio de um elemento sobre todos os outros, pois a dominação exclusiva é destrutiva. O centro é o ponto em torno do qual se ordena (na sociedade e na natureza) um espaço igualitário, feito de relações simétricas e reversíveis. A estrutura do cosmos natural e a organização do espaço social são correspondentes.

Essa sucessão deixa claro que o surgimento da racionalidade foi um processo lento. Preparou-o o passado mítico, passado cujas características permanecem na nova abordagem. Pois mythos é o que se diz, é a narrativa na qual é usada a palavra, a palavra antes da escrita, fixada pela memória. Lenda é o que se conta e epopéia é o que se exprime pela palavra. A escrita, no início, também é mágica (o hieróglifo egípcio significa sinal divino) Mas na Grécia do século VIII a.C. já estava razoavelmente desligada de preocupações religiosas e não só restrita aos que detêm o poder.

“A escrita gera uma nova idade mental, fixando a palavra e, conseqüentemente, o mundo, para além daquele que a proferiu. A escrita exige do próprio autor uma postura diferente, pois nunca se escreve como se fala. (...) Portanto, a escrita aparece como uma possibilidade maior de abstração, uma reflexão da palavra, que tenderá a modificar a própria estrutura do pensamento.”

(Aranha 1986, p.33) Não se deve esquecer que , do século VIII ao VI, houve um período de migrações e colonização, desenvolvendo o comércio marítimo e resultando na criação de uma nova classe, os comerciantes. Para facilitar as trocas, é criada a moeda (c. séc. VII a.C.), um novo tipo de valor e não um simples metal; é uma convenção social, é um artifício da razão, é uma noção abstrata vinculada ao surgimento do pensamento racional. O advento do cidadão é também a descoberta da individualidade que

“liberta o homem dos desígnios divinos e o torna capaz de construir o seu próprio caminho e, no debate público, de gerir os destinos comuns da cidade. Aí surge a política propriamente dita.” (Ibidem, p.217).

5. A EDUCAÇÃO GREGA

Para muitos autores, a pedagogia antiga européia se inicia com Homero e vai até o final do século IV d.C., quando o imperador Teodósio, em 391, tornou o cristianismo a religião oficial do Estado e aboliu o paganismo. A compreensão dessa pedagogia fundamenta-se no entendimento de suas bases sociais, políticas e econômicas. Não podemos esquecer que no chamado mundo antigo, a atividade rural dependia quase que exclusivamente da mão do homem - com precária ajuda da tração animal -, que a zona rural era um complemento natural da cidade , e a fala o principal meio de comunicação.

Cada cidade era dona de seu ensino e nela o número de ensinados era pequeno, pois os escravos (aqueles “objetos animados, dotados de palavra”) ficavam de fora e, responsáveis pelo trabalho manual, permitiam que os homens livres (que, com o domínio romano, serão escravos e educadores de seus senhores) tivessem tempo para outras atividades.

A pedagogia antiga é um contato do mestre com o discípulo. O método dependia do nível técnico, do número de educandos

e, principalmente, do fim pretendido pela educação. No mundo grego, os poetas foram os primeiros educadores. Homero (século IX ?), o mais lido, é a condensação da tradição poética do período micênico, uma tradição de fatos históricos, semi-deformados, com papel educativo. Ser culto, a partir do século VII a.C., era saber Homero de cor. *Ilíada* e *Odisséia* eram a Bíblia ou o Corão da época (duas palavras que significam livro, usadas, talvez inadequadamente, para comparar com uma civilização que era devota também pelas imagens - ícones -, sobretudo humanas) mas seu autor não era visto como um profeta e sim como o maior poeta. *Ilíada* e *Odisséia* forneciam os textos de poesia, história, geografia e de doutrinação física, moral e teológica. Aquiles, guerreiro que ama a glória e a vida não hesita em sacrificar a segunda para não perder a honra. Já Ulisses, que sabia viver e escapar espertamente das dificuldades, possuía uma sabedoria prática. Através dos exemplos dos heróis (método pedagógico) se objetiva a formação do caráter; agora não mais numa sociedade de nobres e cavalheiros descrita nos poemas mas em um mundo mais complexo, submetido a uma disciplina comum: a cidade. Ou seja, agora o objetivo é formar o cidadão, sujeito a uma disciplina diferente daquela do mundo homérico, onde o homem é presa do Destino (Moira), que nem os deuses podem alterar. E onde o homem comum não tinha direito à palavra. Na *Ilíada*, uma única vez, um homem comum (Tirsias) se manifesta, reclamando da guerra e desejando voltar. Após sua fala, Ulisses racha-lhe a cabeça com um pedaço de pau e todos riem.

Outro poeta importante é Hesíodo (final do séc. VIII e início do séc. VII - ?), nascido em Ascra (Beócia), que possui dois poemas conhecidos: *Os trabalhos e os dias* (*erga kai émerai*), um poema didático onde descreve as fainas agrícolas, e a *Teogonia*, sobre as origens do mundo e a genealogia dos deuses. Exprime, com a mesma grandeza poética, não a visão aristocrática de Homero mas a difícil vida dos camponeses gregos, sua sabedoria e seus problemas cotidianos. Sua ética se baseia, não na *areté* dos “bem-nascidos” e sim na noção de esforço, na noção do trabalho enobecedor do

homem, apesar de sua obra refletir que ele ainda estava prisioneiro do quadro mítico. Teogonia fala das forças naturais que surgem e que são as próprias divindades: Gaia - Terra, Pontos - Mar, Urano - Céu, Cronos - Tempo e Eros, que aproxima os opostos. Em Homero, a herança; em Hesíodo, o fazer, o esforço para ser. Por sua descrição da vida cotidiana, já foi chamado de "o primeiro poeta do trabalho".

Em Esparta (ou Lacedemônia), a educação era coletiva, estatal e nacionalista. O cidadão pertencia ao Estado já desde o nascimento, pois este decidia se a criança deveria sobreviver ou não (eugenia). Sobrevivendo, ficava com a família até os sete anos; a partir daí só voltava à noite para casa, até que, aos doze anos, passava a viver em internato e, após a adolescência, era incorporado ao exército. Uma pedagogia repressiva, onde o chicote é um instrumento essencial; educar é adestrar para obedecer e agir em grupo, preparando para a vida militar, visando formar uma comunidade homogênea e organizada para o combate. E, para isso, não se precisa de muitas letras; daí a especialidade dos espartanos, habitantes da Lacônia, de se exprimir sob a forma de axiomas (e de onde vem o termo laconismo).

Já em Atenas, onde não existia a rigorosa coerção militar espartana, era fundamental a liberdade dada aos cidadãos e, por isso, ao menos até o século IV a.C., não havia uma educação dada pela cidade mas sim que dependia da iniciativa da família. Esta também não era a célula-mater da sociedade; maridos (estavam sempre fora, ocupados com questões relativas ao seu trabalho e/ou vida pública) e esposas tinham vidas separadas. As mulheres (que viviam na área da casa a elas reservada) criavam os filhos, no máximo, até os sete anos e, como elas eram as responsáveis, não havia um "papel educativo do pai". As filhas ficavam mais tempo mas, mesmo assim, muitas concluíam sua educação sob autoridade do marido pois deixavam a casa paterna muito cedo. Esse papel reservado às mulheres refletia, inclusive, no teatro; a encenação das peças era realizada somente por atores masculinos, com máscaras, sendo também eles que representavam os personagens femininos.

Apesar de a família não representar um grande papel, a criança estava sempre sob o olhar vigilante dos adultos e, como em Esparta, qualquer criança que se comportasse mal na rua, poderia ser castigada por qualquer cidadão. No início, nas famílias da aristocracia militar, costumava-se confiar a um aio a criança, e o sucessor do aio é o pedagogo - literalmente "o que conduz a criança" - que, inicialmente, era

*"um escravo encarregado de acompanhar a criança à escola; rapidamente, porém, tornou-se mais que escravo, tornou-se alguém da casa, um doméstico no sentido latino da palavra, que olha pela criança. Por isso, embora não seja um homem livre de boa família, como na tradição homérica, tem autoridade sobre a criança."*¹⁰

Anda com a criança por toda parte, assiste com ela às aulas, auxilia as tarefas em casa, etc; é o educador das crianças, o mordomo moral, o substituto da figura do pai. Ser pedagogo era diferente de mestre; este era o especialista, o que ensinava letras (gramatista) ou música (citarista) ou ginástica (pedótriba).

No final do século VI a.C., as escolas já estão implantadas na maioria das cidades gregas. Deixavam de ser da aristocracia militar, quando eram somente cívicas e guerreiras (montar a cavalo, manejar armas, praticar ginástica), pois a expansão do mundo grego pelo Mediterrâneo (pelo processo colonizatório) ampliou as relações comerciais e permitiu o aparecimento de pessoas abastadas, que passarão, inclusive, a valorizar a escola gramatista, a menos valorizada por não ser "aristocrática". Além disso, a diminuição dos conflitos limita a razão de ser da classe guerreira e amplia a importância dos "bens de raiz"; e a escrita alfabética grega é progressivamente vulgarizada. Em 480 a.C., a escola já parecia ser muito importante pois os *"habitantes de Trezena, ao receber as mulheres e as crianças de Atenas em fuga de sua cidade assediada pelos persas (...), se preocuparam em arrumar-lhes escolas."* (Debesse 1984, p.17)

A educação evoluiu; de musical e esportiva chega-se a uma "educação de dominância cerebral", a uma formação "desinte-

ressada”, que não visava formar um profissional mas a formar o caráter e o cidadão. Não era obrigatória, até porque não gratuita, embora os preços fossem módicos e fixados pelos mestres, fato que ampliava a possibilidade de acesso. Procura-se a escola não por esnobismo mas pela necessidade de saber, pois não saber ler nem nadar (e até tocar lira) era critério de ignorância.

O enriquecimento da educação elementar no plano intelectual durante o século VI a.C., deve-se a um elevado número de grandes educadores, chamados de sofistas. Esta palavra, mais empregada no termo pejorativo - “pessoa que emprega sofismas” -, vem de sophos e significa sábio, professor de sabedoria. Os filósofos pré-socráticos se preocupavam mais com a natureza, e os sofistas vão fazer a passagem para questões morais e políticas, para a reflexão antropológica. Elaboraram teoricamente o ideal da classe em ascensão, a dos comerciantes, transformando a justiça na maior das virtudes e a participação no poder em um direito de todos. Não se dirigiam ao povo em geral mas à elite, que podia fazer uso da palavra nas assembleias públicas.

“Os governos das cidades haviam sofrido uma evolução que a fizera passar da monarquia à oligarquia, à tirania e, no caso de Atenas, à democracia, sem que os cidadãos tivessem recebido outra formação. Foi mais, parece, sob a pressão das necessidades políticas que da evolução intelectual que se viu nascer uma categoria que a sociedade não conhecia até então, a dos professores.” (Ibidem, 26)

Apresentavam-se como sucessores dos antigos educadores, os rapsodos¹¹, e como eles iam de cidade em cidade, não mais para declamar poemas mas para formar jovens - seu público, portanto, era mais restrito. Inovadores e revolucionários, podiam ser tanto “frívolos e utilitários” quanto “sérios e responsáveis”. São os primeiros educadores profissionais, os primeiros “professores conscientes”, profissionais liberais exigindo um bom pagamento pelas aulas, numa época em que ganhar dinheiro era indigno a um “bem-

nascido”; o fato de cobrarem, porém, fez com que a “cultura” permanecesse restrita ao meio rico. Faziam publicidade de si mesmos e defendiam que a virtude pode ser adquirida (ou seja, não é inata), confiando na natureza humana e acreditando ser a mesma passível de aperfeiçoamento.

Os métodos e os meios são novos; não se preocupavam com a formação moral mas não deixavam de utilizar, para composição ou para expressar idéias, a mitologia tradicional. Protágoras de Abdera (c. 481 - 411) pretendia tornar o homem melhor através da aquisição da virtude e o meio para isso, era seguir o mestre, conviver com ele e se impregnar dele. Mestre e discípulos formam um grupo; o que é valorizado na educação é o papel do contato social e, ao mostrar que em cada questão existiam sempre dois pontos de vista (pró e contra), assenta os fundamentos da dialética. Hípias de Élis, matemático e filósofo da segunda metade do século V a.C., ia além desse objetivo ético e propunha conhecimentos técnicos de geometria, aritmética, astronomia e acústica, insistindo, no seu enciclopedismo, na importância formativa das ciências. Górgias de Leôncio (c. 485 - 380), para quem a virtude política se confundia com a arte da persuasão, aprofundou os problemas da linguagem e assentou os fundamentos da retórica, da arte de fazer discurso.

No plano pedagógico, devemos muito aos sofistas:

“a introdução do ‘curso magistral’, a discussão em grupo ou exercício para a aquisição de novos conhecimentos e um modo bastante desenvolvido de formação verbal. Criaram extenso campo de estudos que, além da arte do discurso e da discussão, resultou na criação de uma bela prosa de estilo elaborado, que vemos florescer ao longo de todo o séc. IV.” (Ibidem, 30)

Outra obra importante foi a

“sistematização do ensino. Formam um currículo de estudos: gramática - ... -, retórica e dialética; por influência dos pitagóricos desenvolveram a aritmética, a geometria, a astronomia e a música. Essa divisão será retomada no

ensino medieval, constituindo o trivium e o quadrivium.” (Aranha 1986, p.220)

Sócrates nasceu em Atenas por volta de 470 e morreu em 399, sem antes de beber a cicuta, deixar de filosofar sobre a imortalidade da alma. Pai escultor, mãe parteira é filho criador da maiêutica (“parto das idéias”); nada escreveu mas viveu filosofia procurando conhecer a si mesmo. Considerado por seus contemporâneos como sofista, se opõe a eles, acrescenta a arte do diálogo e das perguntas (ironia, ao pé da letra, é a arte de interrogar), acentuando o papel moral do educador (e, por ironia, no outro significado, foi acusado de introduzir novos deuses e corromper a mocidade). Afirmava que a educação não tem idade para terminar, que é o fim de toda uma vida. Não tinha pretensão de elaborar uma cosmologia (os deuses é que devem se ocupar do universo); preocupava-se mais em revelar o que estava adormecido na consciência moral do ser humano do que com eficácia prática dos conhecimentos. O fim da educação é a formação moral e o método é a maiêutica, que parte - com base no que Platão nos mostrou - da simulação da ignorância e das questões simples até o interlocutor se desconcentrar e tomar consciência de sua ignorância; a partir daí, vão se colocando postulados que, contraditórios, devem ser rejeitados mas que válidos devem levar a um princípio mais geral. É um método que, apesar de lento, desenvolve o espírito crítico e agiliza o raciocínio. *“Seu método é, antes de tudo, um esforço de definição. (...) E segundo a sua perspectiva racionalista, só há salvação pelo saber.”* (Vergez 1984, p.27)

Discípulos de Sócrates e dos sofistas deixam de caminhar e abrem escolas fixas em Atenas, como a de Isócrates (436-388) e a Academia de Platão (428 ou 427-348 ou 347). O aristocrata ateniense de nome Aristocles - apelidado de Platão em virtude de seus ombros largos -, autor dos Diálogos, adquiriu (em 387) um pomar junto ao santuário do herói Academo e ali fundou um colégio dedicado “ao culto das Musas”, com um ensino de base filosófica (ainda que ele mesmo não se declarasse filósofo pois em sua época eram malvistas

em Atenas), cujas teorias estão expressas principalmente em *A República* e *As Leis*. Parte da noção de Estado, procurando formar um homem adaptado a ele: o cidadão, alguém “capaz de dirigir a cidade ou então de aconselhar os chefes de Estado.” Preconiza uma educação intelectual, que deve ser dada e organizada pela cidade. Revolucionário ao afirmar que a educação das mulheres deve ser semelhante à dos homens, previa em sua escola programas, ciclos de estudo e uma seleção sucessiva, não mais sobre a riqueza mas em função das capacidades. Reconhecia o valor da prática, insistia no caráter moral da música e da ginástica, censurava trechos “imorais” de poesias e estimulava o desenvolvimento do ensino das matemáticas (dizem que na porta da Academia estava escrito: não entre aqui quem não for geômetra). Introduz uma pedagogia na base do jogo matemático e das ciências, momento em que se pode selecionar os mais dotados.

Estabelece, porém, uma hierarquia entre razão e sentidos, afirmando que o homem dominado pelos sentidos permanecia restrito ao “mundo dos fenômenos”, das meras aparências, ao nível da opinião (doxa).

“O verdadeiro conhecimento, a episteme (ciência) é, ao contrário, aquele pelo qual a razão ultrapassa o mundo sensível e atinge o mundo das idéias, lugar das essências imutáveis de todas as coisas, dos verdadeiros modelos (arquétipos).” (Aranha 1986, p.126)

Esse contrapor do “lugar do devir” ao “lugar da imobilidade” mostra uma visão racional mas estática e de rejeição da realidade composta de movimento, em constante fluxo. Por isso reflete menos sobre a política que existe de fato e mais sobre a que deve “existir de direito”; o bom governo, para ele, dependia da virtude dos bons governantes e a política seria “a arte de governar os homens com seu consentimento”. Só poderá governar, então, quem conhece essa difícil arte da ciência política, o que o leva a conceber uma “sofocracia” (poder da sabedoria), pois, dizia ele, *“não haverá nenhum fim aos males dos povos, enquanto os filósofos não forem reis, e os reis,*

filósofos.” (apud Hirschberger 1965, p.146) O Estado que idealiza é um Estado forte, jurídico, mais para a pólis que para domínio mundial (5.040 famílias), e aristocrático. Mas aristocracia aqui é em seu sentido etimológico: “governo dos melhores”.

Rival da Academia (de preponderância filosófica) era a escola de Isócrates (de preponderância retórica e que funcionou de 393 a 388), um ex-logógrafo¹² que escreveu basicamente sobre o papel do ensino e do mestre (*“Bom mestre é aquele que sabe muitas coisas, umas por tradição, outras por tê-las encontrado pessoalmente.”*) e sobre a qualidade dos alunos, cujo êxito dependia da formação recebida. Opunha-se ao amoralismo e à simples memorização de lugares comuns, e pregava a reflexão e a meditação. O ápice do ensino era a filosofia, entendida por ele como a “cultura do espírito” fundada no estudo da eloquência. Era um ensino puramente literário, um treino para eloquência, com base em noções de Filosofia e de História. É o pioneiro em fazer, do estudo analítico da História, uma matéria de educação; retira a história de seu contexto poético, dando a ela a finalidade de fornecer, em prosa, exemplos de conduta moral e das conseqüências das decisões políticas, acreditando que o conhecimento do passado é fundamental à construção do futuro. Lançou a idéia da comunidade cultural grega, a idéia do pan-helenismo. Como manuais para seus alunos, escrevia discursos fictícios; porém, jamais discursava. E deixou uma ética *“fundada na crença do valor do logos; o verbo é o que distingue o homem do animal; é a condição de todo o progresso;...”* (Debesse 1984, p.42)

Aristóteles, dois anos após a morte de Platão, abriu também a sua escola: o Liceu. Antes tinha sido responsável pela educação do filho de Felipe da Macedônia: o príncipe Alexandre. Contudo, como seu mestre, achava que a educação fazia parte das funções do Estado. Era aberto às ciências experimentais mas não recorria à experiência, partindo da observação comum. Se uma pedra caísse, perguntaria “por quê ?” e não “como ?”; com esta pergunta procederia à descrição do fato mas indagando o “por quê ?” enveredava

“pela procura das causas, desembocando inevitavelmente na discussão metafísica da essência dos corpos e na perspectiva finalista. Por isso, a ciência aristotélica é filosófica, centrada na argumentação baseada nos princípios.” (Aranha 1986, p.130)

6. A GEOGRAFIA NA ANTIGÜIDADE GREGA

Os mais antigos documentos geográfico-cartográficos dessa região, que se tem notícia, são os périplos (“navegar em redor”), espécie de mapas de itinerários. São conseqüências das necessidades da navegação mercantil (fenícia, egípcia) de estabelecer rotas detalhadas entre os principais mercados. Os périplos descreviam com detalhes o itinerário de um a outro local da costa, como os portulanos da Idade Média, e sabemos deles mais por citações pois são raros os que chegaram até nós. Assim começa a Geografia, como uma “ciência” de localização e de descrição dos lugares (e permanece basicamente assim até o século XVIII), com duas questões: “Onde?”, que era respondida pelos astrônomos e geômetras e “O que há naquele lugar?”, respondida pelos viajantes.

O rótulo “geografia” existe desde a antigüidade grega mas já possuía significados variados. Uma perspectiva era a da escola jônica (principalmente com Tales e Anaximandro), privilegiando a medição do espaço e a discussão sobre a forma da Terra (que hoje é função da geodésia). Tales (Mileto, c. 624-546), a quem se atribui a predição de um eclipse solar (talvez o de 585), suspeitava da redondeza da Terra e afirmava que o primeiro elemento da natureza, que dá origem aos outros, é a água. Já Anaximandro (Mileto, c.610-545), discípulo de Tales, acreditava no ápeiron, descobriu a obliquidade da eclíptica e atribui-se a ele o primeiro mapa-mundi conhecido.

Outra perspectiva é com aquele a quem Cícero chamou de “pai da história”, Heródoto de Halicarnasso (484-425): a descrição dos lugares, numa perspectiva regional. Nas suas Histórias, fazia a

descrição das regiões visitadas, sendo considerado por alguns como o criador da Geografia Regional. Atribui a Ciro a seguinte afirmação:

“...as terras risonhas produzem homens efeminados, não podendo por isso, produzir frutos saborosos e guerreiros valiosos.” O determinismo fisiográfico é antigo.

O “mundo”, no seu tempo, era formado por três regiões independentes: Europa (a maior região), a Ásia (parte ocidental) e a Líbia (África do norte). Heródoto descreveu com detalhes as áreas que visitou, informações que eram úteis ao poder grego em sua pretensão de dominar territórios vizinhos. No Egito, associou o solo negro ao longo do Nilo aos depósitos efetuados pelo rio nas cheias e, ao observar que a planície formada por vários canais na foz tinha a forma de uma letra maiúscula grega, chamou-a de delta.

Existiam ainda muitas discussões, na época não rotuladas como geográficas mas que posteriormente foram tidas como tais. Hipócrates (460-377), médico, iniciador da observação clínica e que possuía uma concepção do funcionamento harmonioso do organismo, na sua principal obra: *Dos ares, dos mares e dos lugares*, já discute a relação homem-meio físico. Estabelece a distinção entre os habitantes das montanhas e os das planícies. Os das montanhas seriam altos, bravos e de temperamento suave (devido às terras altas, úmidas e batidas pelos ventos); já os das planícies seriam secos, nervosos, arrogantes, mais loiros que morenos (em virtude das formas leves, descobertas, sem água e com bruscas variações de temperatura). Explicava a diferença entre os asiáticos (hesitantes, sem coragem, mais doces e menos belicosos) e os europeus, através da natureza das estações do ano: na Europa há mais mudanças e isso dá ao europeu um caráter mais rude, mais violento. O próprio Aristóteles, no livro VII da *Política*, afirmava:

“Os habitantes das regiões frias são cheios de coragem e feitos para a liberdade. Aos asiáticos falta energia; assim são feitos para o despotismo e para a escravidão” (Sodré 1976, p.38). *Isso demonstra a antigüidade do conceito determinista e que esse mesmo conceito já era “consagrado na ideologia da classe dominante escravista, de que passou à classe dominante medieval e desta à burguesia.”* (Idem)

Na obra de Aristóteles (384 - 322), aparecem vários temas geográficos mas sem conexão entre eles. Na Física, discute a concepção de lugar, na Política a relação homem - natureza. Isso sem vincular com suas descrições regionais (por exemplo, sobre as inundações do Nilo) e com sua Meteorologia, onde tenta elaborar uma classificação climática. Chegou a defender a esfericidade da Terra, o que já fazia a escola de Pitágoras (570 - 496), que aceitava ainda o movimento de translação. Filolau (século V a.C.), o primeiro a divulgar os segredos de Pitágoras, admitia um “fogo central” ao redor do qual girariam os astros conhecidos – um esboço da concepção heliocêntrica.

A concepção da Terra como esférica surge primeiramente como resultado de reflexões sobre a forma ideal e não fruto de observações: se o círculo é a forma mais perfeita, a Terra, a grande obra dos deuses, deve ser esférica, dizia Parmênides (aprox. 540 - 470). Aristóteles provava a esfericidade pelas mudanças que se produziam no horizonte quanto à altura dos astros quando se viajava de norte para o sul, e pela sombra projetada pela Terra sobre a Lua por ocasião dos eclipses.

A perspectiva geografia-nome de lugares teria início com Homero e seu Ulisses ; várias de suas referências não se encontram somente nos mares da fantasia. Estrabão (63 a.C.- 26 d.C.) dizia que os gregos gostavam de descrever as formas dos lugares , inclusive por meio de conceitos geométricos. Comparavam Peloponeso a uma folha de plátano, Sicília a um triângulo, etc. Após a expansão da Grécia clássica, começa a ser usado entre os gregos o termo “ecúmeno”, que significa habitat da humanidade, usado, entretanto, no sentido de “Terra habitada”, entendida como sendo a dos povos civilizados no período de Alexandre Magno.

Sabe-se que os mapas jônicos eram circulares e tinham Delfos, na Grécia, como centro. Porém, a amostra mais antiga da cartografia grega é o reverso das moedas de Éfeso, no século IV a.C., que mostrava em relevo o mapa do interior da cidade. Dicáiarcos de Messena (aprox. 350-290) iniciou um mapa-mundi, que possuía uma linha de orientação que ia das Colunas de Hércules (Gibraltar e Ceuta)

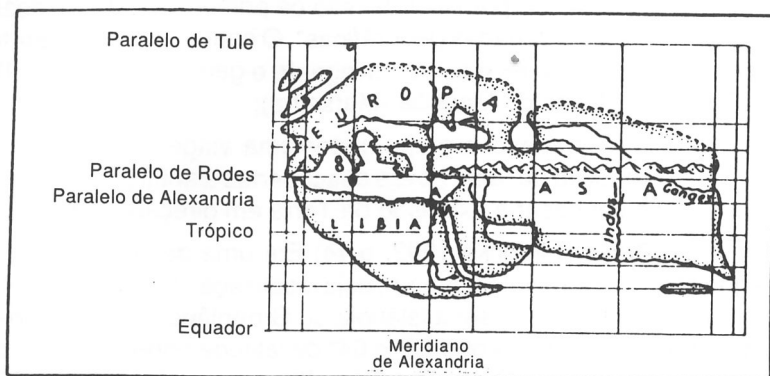
até a Pérsia, passando por Rhodes; são os primórdios da utilização das chamadas “coordenadas geográficas”. O conhecimento da parte setentrional européia deve-se ao navegante e geógrafo do século IV a.C. chamado Píteas de Massília (Marselha);

“foi o primeiro a empreender uma viagem com o claro propósito de fazer novas descobertas científicas, no caso, de conhecer a extensão da Terra em direção ao norte,...”

(Dreyer-Eimbcke 1992, p.44) Em uma de suas viagens, chegou até a ilha de Thule (Qanap), cuja localização foi durante muito tempo uma controvérsia: seria Islândia ou Groenlândia ? (hoje sabe-se que deveria situar-se entre 63° e 64° de latitude norte na altura de Trondheim, Noruega). O mediterrâneo Píteas, que ficou fascinado com o sol da meia-noite, estendeu o horizonte geográfico grego até o círculo polar Ártico. Segundo alguns autores, seria ele o primeiro a assinalar a relação das marés com o movimento da Lua.

É importante observar que Alexandre Magno mandou elaborar um cadastro de seu império, por províncias. Isso não é pouco, pois seu império era quase a metade do mundo conhecido. Enviou exploradores para diversas regiões e se fazia acompanhar, como diz René Closier (1972), por um “estado-maior de sábios”, e graças aos exploradores e a este estado-maior devemos muito do que se conhece no Ocidente sobre o Oriente (principalmente sobre Caldéia, Irã e Índia). Esta documentação foi reunida em Alexandria.

Outra escola importante foi a de Alexandria, que se preocupou principalmente com questões do que podemos chamar, impropriamente, de geografia-astronômica. E o grande geógrafo desta escola foi Eratóstenes (276-194), diretor da Biblioteca de Alexandria. Admitiu o Sol como o centro do Universo e a Terra como esférica, escreveu uma Geografia onde compendiou as idéias geográficas de sua época, calculou a circunferência da Terra (46.000 km; bem próximo da realidade) e construiu um (desaparecido) mapa-múndi, que continha várias imperfeições e incluía uma nova ilha para o rol das lendas: Taprobana (Sri-Lanka). Seus mapas, com coordenadas, dão mais ordem à localização; ele teria sido o primeiro a se autodenominar “geógrafo”.



Mapa de Eratóstenes

Outro destaque da escola de Alexandria foi o astrônomo, geógrafo e cartógrafo, nascido em Ptolomaida (Alto Egito), chamado Cláudio Ptolomeu (aprox. 90-160 d.C.). É o autor de *A Grande Sintaxe Matemática* (*Syntaxis* ou, na versão árabe *Almagesto*), onde expõe o geocentrismo. Escreveu também um manual de astrologia (*Tetrabiblos*) e uma introdução à geografia, conhecida como *Geografia*. Nesta obra, composta por oito livros, definia Geografia como “a representação gráfica de toda a superfície terrestre conhecida” (Ibidem, p.44) e pretendia mostrar todo o ecúmeno dos três continentes, dentro de uma rede de coordenadas; introduz aí palavras como meridiano e paralelo para as linhas de latitude e longitude. O mundo de Ptolomeu ia “das ilhas Canárias (meridiano zero) à Ásia oriental (180 graus de longitude) e da África central (15 graus de latitude sul) ao norte da Europa e da Ásia (65 graus de latitude norte).” (Idem) Localizou mais de 8.000 lugares (“nomes geográficos”) e por isso, ironicamente, é chamado de um dos pais da geografia-nomenclatura.

É importante lembrar que grande parte desse conhecimento foi colocado para escanteio na Europa Medieval Católica, na

tentativa de abolir tudo o que pudesse lembrar paganismo, passando a interpretar literalmente os textos sagrados cristãos. E que mesmo antes disso, na própria Grécia, os manuais de astronomia, apesar dos notáveis progressos ocorridos, traziam noções elementares, com erros e superstições populares, e uma astronomia ligada à astrologia; esta astronomia era a mais popular das ciências.

Sintetizando este período, Aroldo de Azevedo escreveu que a grande preocupação dos “geógrafos” da antiga Grécia “*consistiu na configuração, posição e extensão do mundo que imaginavam habitado - o Ecúmeno (Óikoumene)*”. (Azevedo 1961, p.18)

7. EXPANSÃO, COLONIZAÇÃO E DECADÊNCIA

Quando o crescimento demográfico atingia o limite da capacidade de produção (a base territorial para a produção de alimentos era limitada), um grupo partia para a fundação de uma nova cidade, semelhante àquela da qual provinha. Esse processo, que levou à fundação de aproximadamente 1.500 “colônias urbanas” e fez dos gregos os primeiros dos grandes colonizadores europeus, levou a cultura grega para boa parte do Mediterrâneo (ilha de Chipre à Sicília, não incluindo o restante da Itália).

No início, quando as cidades-Estado gregas ainda estavam em formação, o processo de colonização foi muito importante. Novos produtos agrícolas, de climas diferentes, foram sendo conhecidos e estimularam rotas comerciais no Mediterrâneo.

“Em seu apogeu, Atenas importava metade do trigo que consumia das cidades jônicas, que (...) obtinham este cereal de colônias fundadas na fértil Planície da Criméia, às margens do Mar Negro. Em troca, vendia azeite, vinho e prata. A cerâmica ateniense, que servia de recipiente a esses produtos, se espalhou por todo o Mediterrâneo, atestando o alcance das rotas comerciais.” (Magnoli 1991, p.7)¹³

Quando o império persa, que entre 559 e 331 a.C. (fim de Dario III) dominou a Ásia Menor, Oriente Próximo e Oriente Médio até o rio Indo, obstruía a rota do trigo (dominando as regiões gregas da Ásia Menor), quase sempre ocorriam conflitos, que foram chamados de Guerras Médicas e que terminaram com a vitória dos gregos.

A civilização grega era essencialmente urbana mas quem sustentava a cidade era o cultivo da terra, feito pelos escravos e pequenos proprietários. A atividade comercial também não era muito considerada. Para ser cidadão, era importante a desobrigação do trabalho manual; em sua maioria, o cidadão era um proprietário de terras, que nelas não trabalhava, e que morava na cidade.

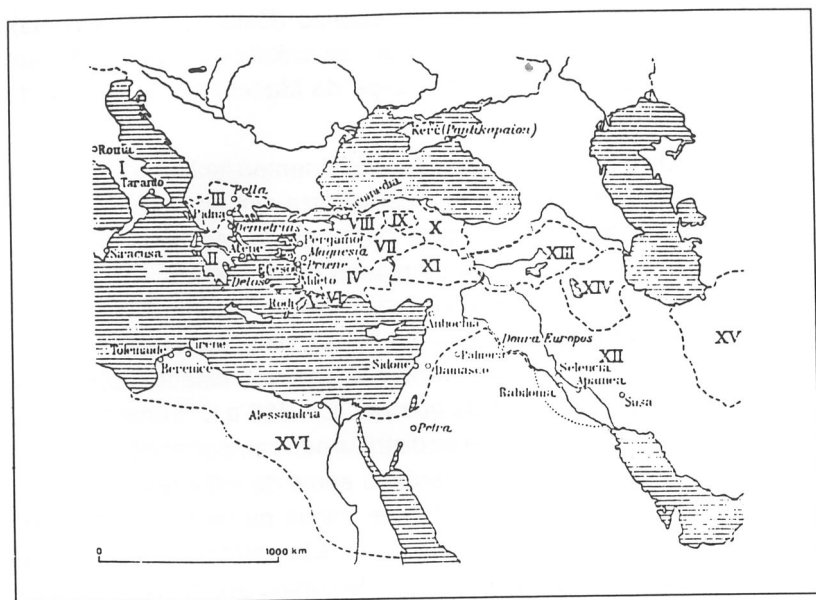
A expansão ateniense e o “mau exemplo” de sua democracia para os periecos (camponeses livres da Lacedemônia, que poderiam se revoltar) fizeram Esparta criar a Liga do Peloponeso: união entre as cidades oligarcas contra a expansão de Atenas. Esta une suas cidades-satélites na Liga de Delos. Atenas, uma potência marítima (dominando o litoral egeu) e Esparta (aliada à Macedônia e à Beócia), uma potência terrestre. Atenas iniciou a guerra. Na sua terceira fase, Esparta se une a um inimigo comum, que controlava a maioria da Ásia Menor - exceto o litoral egeu - e que também temia a influência ateniense: a Pérsia. A Guerra do Peloponeso durou pouco mais de vinte e cinco anos (431-404) e terminou com a Batalha de Egos Potamus (em Dardanelos) com a vitória de Esparta e Pérsia. No final, Atenas abrigou todos os habitantes dentro de seus muros mas, como não possuía infra-estrutura de saneamento, uma peste assolou a pólis e nela sucumbiu um dos consolidadores da democracia ateniense: Péricles. A grande derrotada nesta guerra não foi Atenas e sim a civilização grega.

Esparta passa a dominar os estados gregos e, como era de se esperar, de maneira mais opressora que Atenas. Esta, no século IV a.C., consegue reconstruir seus muros e organizar uma segunda liga marítima, aliando-se a Tebas. Esta derrota Esparta em 371 a.C. (Batalha de Leuctras), organiza uma marinha de guerra e, com isso, Atenas se torna sua opositora. Em 362 a.C., atenienses e espartanos,

agora reconciliados, derrotam os tebanos (Batalha de Mantinéia). Todas essas guerras enfraqueceram as cidades gregas e abriram caminho para a intervenção de Felipe^{*} da Macedônia. É o início da civilização helenística.

Os macedônios, durante muito tempo isolados e considerados bárbaros pelos gregos, se caracterizavam por uma economia essencialmente agrária e um poder concentrado nas mãos da "nobreza territorial". Com seu litoral dominado pelos gregos, utilizavam o porto grego de Olinto para escoar sua produção. Durante o período da hegemonia tebana, Felipe viveu em Tebas, onde observou a organização militar da cidade e os pontos fracos das cidades-Estado, já enfraquecidas pelas fratricidas guerras. Em 356 a.C. torna-se Felipe II, confisca terras dos nobres e as distribui aos camponeses (com isso, diminui o poder da nobreza e ganha o apoio de milhares de camponeses) e, com o ouro e a prata das minas do monte Pangeu (ou Paggaios), inicia sua política de expansão territorial. Apesar das advertências do orador Demóstenes (discursos que ficaram conhecidos como Filípicas), os atenienses demoraram muito para tomar consciência do perigo, sendo derrotados por Felipe II em 338 a.C. (Batalha de Queroneia).

Assassinado Felipe, assume o poder um de seus muitos filhos: Alexandre (que teve Aristóteles como seu preceptor). Alexandre amplia o território, invadindo a Ásia Menor e indo em direção à Pérsia. O início desse avanço se dá em Górdio, capital da Frígia, onde havia um nó inextricável e um vaticínio de sorte dado por um oráculo a quem o desatasse. Alexandre enfrentou esse desafio, usando o seu método mais comum: a violência; com um golpe de sua espada, cortou o "nó górdio". No vasto império conquistado, fundou mais de 33 cidades, criando nelas instituições semelhantes às das cidades-Estado gregas, mas com uma autonomia apenas aparente. Até casamentos mistos foram realizados: quando Alexandre se casou com a filha do derrotado Dario III, uma princesa persa, dez mil de seus soldados casaram-se com moças persas também. Uma febre mata Alexandre Magno aos trinta e três anos (323 a.C.) mas ele já havia espalhado a cultura grega.



O mundo helenístico em fins do século III a.C.

I Itália	IX Paflagônia
II Grécia	X Ponto
III Macedônia	XI Capadócia
IV Reino de Pérgamo	XII Reino dos Selêucidas
V Cária	XIII Armênia
VI Lícia	XIV Média Atropatene
VII Galácia	XV Páttria
VIII Bitínia	XVI Egito

A fusão da cultura do Oriente Médio com a helênica (predominante) resultou na civilização helenística. Desta, o centro não está mais na Grécia e sim em Alexandria (Egito), Antióquia (hoje, sul da Turquia, na fronteira com a Síria) e Pérgamo (Ásia Menor). O centro econômico desloca-se para o Oriente Médio, enquanto Esparta agoniza e Atenas decai. O centro mais importante da civilização helenística vai ser Alexandria, com seus museus, seu artesanato e sua famosa biblioteca (mais de 400 mil rolos de papiro); nela, também, somente os "gregos" eram cidadãos. Aí tivemos o geômetra

Euclides (século III a.C.), o astrônomo Aristarco de Samos (310-230), Ptolomeu mapeando o mundo, o médico Galeno, em Pérgamo, descrevendo a anatomia humana e, eureka!, o grande matemático em Siracusa (Sicília): Arquimedes (287-212).

Portanto, quem promove a expansão da cultura helênica são os macedônios (Alexandre preferia erigir escolas que templos) que, derrotando os gregos, deram-lhes a consciência de sua comunidade cultural e uma verdadeira unidade ao mundo helenístico, dando, inclusive, uma koiné (língua comum) a esse mundo. A educação elementar é dada a grande parte da população helênica urbana. Mesmo nessa fase, o quadrivium é o mesmo (geometria, aritmética, astronomia e acústica), a base do ensino matemático é a geometria euclidiana e o ensino se recusa à aplicação prática. Talvez devamos a isso e à abundância de mão-de-obra escrava ou servil que não solicitava invenções práticas, a modesta contribuição grega no campo da técnica, que foi mais destacada na agricultura (vinha e oliveira), na arte de navegar e na construção naval. Foi em grego que Paulo pregou o cristianismo, língua na qual foi escrito o Novo Testamento, com o qual o cristianismo conquistou a Europa e tentou apagar a cultura grega.

Na apropriação de vastos espaços, os gregos exportaram um modo de civilização urbana para vários pontos do Mediterrâneo. Sua criação cultural marcou a história do Ocidente. Com a derrota para Felipe da Macedônia, o papel político de Atenas declinou mas por muito tempo vai continuar sendo um centro de civilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XVII, a cidade italiana de Veneza tentou ampliar suas possessões na Grécia e atacou os turcos em Atenas, que se entrincheiraram na Acrópole. O Pártenon ainda estava em bom estado de conservação; porém, a artilharia veneziana o danificou bastante. Uma ironia: logo os italianos que tanto deviam culturalmente

à Acrópole. Destruíram o Pártenon consagrado à Atena, deusa da sabedoria mas de uma sabedoria que não era mais ateniense somente. Das famosas cidades-Estado, somente Atenas continua grande em tamanho (quase um milhão de habitantes); Esparta, Corinto e Tebas são hoje vilas de reduzida importância. Atenas, escolhida para ser a capital da atual Grécia em 1834, cresceu bastante e desordenadamente, deixando livre somente as partes mais altas, seu passado, sua antiga imagem, ainda visível de todas as partes da cidade. Mas a capital da história ocidental, a Acrópole, está hoje cercada por uma cidade do Terceiro Mundo.

Foi aí, porém, que surgiu a pólis e uma de suas filhas: a filosofia. A experiência social era tema de reflexão; a partir do momento em que a ordem humana passou a ser debatida, ocorreu o declínio do mito. A reflexão, porém, era um privilégio dos homens livres e um direito dos mesmos, que procuraram defender suas posições com o domínio da linguagem. O pensamento racional, então, se originou intrinsecamente ligado às estruturas sociais e mentais da pólis. Foi no plano político que a Razão grega se formou e é por isso que ela é essencialmente política.

NOTAS

(1) Peripatética vem de perípatos: passeio.

(2) Apud Povos e países. São Paulo: Abril, 1973 v. II, p. 238.

(3) Vento que sopra sobre o arquipélago da Canícula. Canícula (cadelinha) é o nome dado à estrela mais brilhante da constelação Grande Cão (Sírio). Quando Sírio está em conjunção com o Sol, ocorrem os dias mais quentes do ano, chamados no hemisfério norte de dias caniculares.

(4) Jean-Pierre Vernant. As origens do pensamento grego. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 5. Este livro é a base dos itens 2 e 4 desse texto.

(5) Foi criado em 686-685 a.C.. O arconte era o magistrado; no início, com poder de legislar, mas depois de Sólon (640-558 a.C.), mero executor das leis.

(6) Os gregos chamavam os persas de Medos ou Medas. As guerras entre os gregos e os persas, entre 492 e 479 a.C. (e que terminaram com a vitória dos gregos), são chamadas de Guerras Médicas.

(7) G. Glotz, "Introdução à cidade grega", apud Benévolo 1993, p. 78.

(8) A Paidéia - para os latinos: humanitas - é um termo difícil de traduzir; seria a educação do homem como tal, as boas artes (poesia, eloquência, filosofia, etc.), que o torna diferente

dos outros animais. Assim sendo, a cultura é a procura e realização da verdadeira natureza humana.

(9) Cidade da Beócia, entre Tebas e Atenas, onde em 479 a.C. os gregos, comandados pelo espartano Pausânias, venceram o exército persa.

(10) M. Debesse & G. Mialaret. Tratado das ciências pedagógicas. São Paulo: EDUSP, 1984, p. 16. Tal livro constitui a principal fonte bibliográfica do item 5 deste texto.

(11) Espécie de cantor ambulante de rapsódias: fragmentos de poemas épicos.

(12) Redator de discursos para defesa nos tribunais; na época não havia advogados.

(13) O Mar Negro era chamado de Ponto Euxino e o estreito de Dardanelos, rota para a Criméia, de Helesponto.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2ª ed.- São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda e MARTINS, M. Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARRUDA, José Jobson de A. **História antiga e medieval**. 2ª ed.- São Paulo: Ática, 1977.

_____. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1989.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia física**. 38ª ed.-São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 2ª ed.-São Paulo: Perspectiva, 1993.

CLOSIER, René. **História da geografia**. 2ª ed.-Portugal: Europa-América, 1972.

DEBESSE, M. e MIALARET, G. **Tratado das ciências pedagógicas**. São Paulo: EDUSP, 1984.

DREYER-EIMBCKE, Oswald. **O descobrimento da Terra**. São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP, 1992.

FERREIRA, Conceição C. e SIMÕES, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986.

- GEO. 2ª ed.- São Paulo: Abril, s/d, v. 1.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- GRANDE Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1972.
- HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- HIRSCHBERGER, Johannes. **História da filosofia na antigüidade**. 2ª ed.-São Paulo: Herder, 1965.
- HISTÓRIA do Pensamento. São Paulo: Nova Cultural, 1987, v. I.
- LÉVÊQUE, Pierre. A aventura grega. Lisboa: Cosmos, 1967.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. 3ª ed.- São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- MAGNOLI, Demétrio e ARAÚJO, Regina. A nova geografia: estudos de geografia geral. 1ª ed.-São Paulo: Moderna, 1991.
- MARX, K. e ENGELS, F.. A ideologia alemã (I - Feuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MORAES, A. Carlos Robert de. Geografia: pequena história crítica. São Paulo, HUCITEC, 1991.
- PEREIRA, Diamantino Alves Correia et al. Geografia: ciência do espaço: o espaço mundial. 3ª ed.- São Paulo: Atual, 1992.
- POVOS e países. São Paulo: Abril, 1973, v. I.
- VERGEZ, André e HUISMAN, Denis. História dos filósofos. 6ª ed.- Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.
- VERNANT, Jean-Pierre. As origens do pensamento grego. 7ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- WERNECK, Néilson Sodré. Introdução à geografia (geografia e ideologia). Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

1. José Jobson de Arruda. **Atlas histórico básico**. São Paulo: Ática, 1989, p. 8.
2. Leonardo Benévolo. **História da cidade**. 2ª ed.- São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 90.

3. Ibidem, p. 100.
4. Ibidem, p. 81.
5. Ibidem, p. 104.
6. José Jobson de Arruda, **História antiga e medieval**. 2ª ed. - São Paulo: Ática, 1977, p. 137.
7. Leonardo Benévolo, op. cit., p. 102.
8. Conceição C. Ferreira e Natércia N. Simões. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1986, p. 38.
9. Leonardo Benévolo, op.cit., p. 127.